

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS**

**MEMORIAL PARA PROMOÇÃO**  
**À CLASSE DE PROFESSOR TITULAR**

**Adalberto de Paula Paranhos**

**UBERLÂNDIA - 2020**

*Era Aurora  
Não, era Aurélia  
Ou era Ariela  
Não me lembro agora  
É a saia amarela daquele verão  
Que roda até hoje na recordação*

*Foi na Penha  
Não, foi na Glória  
Gravei na memória  
Mas perdi a senha  
Misturam-se os fatos  
As fotos são velhas  
Cabelos pretos  
Bandeiras vermelhas  
Foi Garrincha  
Não, foi de bicicleta  
Juro que vi aquela bola entrar na gaveta  
Tiro de meta  
(Chico Buarque, “Barafunda”)*

## RESUMO

Este memorial percorre uma longa estrada, ao abarcar, resumidamente, 56 anos de atuação profissional. Recua, muito rapidamente, a 1964, quando, aos 16 anos, empunhando o microfone da Rádio Cultura, de Campinas, e escrevendo no *Jornal de Campinas*, dei início à minha breve carreira de cronista esportivo. Avança, a seguir, para a década de 1970 e se concentra, a partir daí, sobretudo, no desenrolar da minha atuação no magistério superior, na PUC de Campinas, de 1974 em diante, como professor de Ciência Política. Passa pela minha inserção no mestrado nessa área, na Unicamp, em 1975, e, na sequência, pelo intenso envolvimento paralelo em atividades políticas e sindicais. Em meio a isso, remete às atividades ligadas à gestão acadêmica e à produção bibliográfica nos anos 1970 e 1980, sem perder de vista que esta ficaria como que em segundo plano até ser retomada de modo sistemático na segunda metade da década de 1990. Registra o meu ingresso na UFU em 1987, um ponto de inflexão na minha carreira, por propiciar maior dedicação às pesquisas. Destaca, enfim, a conclusão do mestrado, até então interrompido na prática, e a entrada e finalização do doutorado em História, na PUC-SP, em 2005. Daí para a frente, ressalta o meu crescente investimento no campo editorial, especialmente como co-editor da *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte*, e meu engajamento nos Programas de Pós-graduação em História e em Ciências Sociais da UFU. Além-se, por fim, o período pós-2011, ao me tornar bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq.

Para não se restringir à mera coleção de fatos e datas, o memorial procura igualmente traçar as linhas básicas da minha produção intelectual. Corporificada em artigos, livros e capítulos de livros, ela entrecruza os universos da política, da história e da cultura, com ênfase posta, desde os anos 1990, na sua interface com os estudos em torno da música popular. Emergem, aqui, por essa via, questões que apontam para as contribuições que busquei oferecer ao revisitar criticamente alguns temas canônicos da fatura historiográfica nacional, empenhado em tentar, por vezes, ainda que de forma modesta, encará-los, aqui e ali, com outros olhos.

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>4</b>
<b>Trajetória profissional.....</b>	<b>7</b>
<b>Conclusão.....</b>	<b>50</b>
<b>Agradecimentos.....</b>	<b>51</b>
<b>Anexo I: Roteiro de avaliação de desempenho (jul. 2017-jul. 2019)</b>	
<b>Anexo II: Currículo Lattes</b>	

## INTRODUÇÃO

Este memorial, propositalmente sucinto, não ambiciona senão apresentar como que uma seleção dos “melhores momentos” de minha vida acadêmica, em particular no magistério superior, iniciada num já longínquo 1974, na PUC de Campinas. Conferirei destaque, acima de tudo, à minha produção acadêmica, que, se pode ser recuada à década de 1970, ganhou mais musculatura a partir dos fins dos anos 1990, quando se operou certa reviravolta na minha trajetória. Desse modo, deixarei de lado a inserção profissional em outros meios, como na área de comunicação, nos anos 1960 e 1970, em que atuei, desde os 16 anos, na Rádio Cultura (atual CBN-Campinas) como locutor esportivo, no *Jornal de Campinas* e no *Diário do Povo*, como repórter, revisor e editor, no semanário *Jornal de Debates* (do eixo São Paulo-Rio de Janeiro), no qual assumi a editoria para o estado de São Paulo, e na *Tribuna da Imprensa* (do Rio de Janeiro), em que escrevi na página reservada a colunistas. Também não me ocuparei dos primeiros tempos das atividades dedicadas ao ensino, que remontam a 1971, à época em que conciliava os estudos na graduação em Ciências Sociais, na PUC-Campinas (na qual me graduei em Direito em 1970) com o exercício da função de professor no segundo grau no Colégio Batista.

Numa análise retrospectiva de 56 anos da vida profissional (49 deles dedicados ao magistério), o que emerge como constatação é que a maior parte do tempo me dividi entre o ensino e o engajamento político-sindical, este muito marcante sobretudo até quase meados da década de 1990. Daí para a frente, reorientei, em larga medida, minha atuação. Primeiro, concluí, de uma vez por todas, em 1997, o mestrado em Ciência Política na Unicamp, que havia praticamente abandonado. Em seguida, ingressei no doutorado em História na PUC-SP, o que selou, sob certo aspecto, minha migração parcial para um outro campo de pesquisa. Simultaneamente, passei a me voltar para a produção intelectual numa escala antes inimaginada por mim, que até então se restringia a uns poucos frutos, como os textos enfeixados em meu primeiro livro, *Dialética da dominação*<sup>1</sup> e outros mais. Na esteira disso, vieram *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*<sup>2</sup> e muitos artigos e capítulos de livros publicados na

---

<sup>1</sup> PARANHOS, Adalberto. *Dialética da dominação: consciência de classe e consciência possível*. Campinas: Papirus, 1984.

<sup>2</sup> *Idem*, *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999 (com uma segunda edição em 2007 e a terceira a caminho, uma vez que a anterior se encontra esgotada desde 2019).

Argentina, Brasil, Chile, Cuba, Estados Unidos, Inglaterra e Portugal, aos quais se acrescentam uma obra autoral<sup>3</sup> e outra da qual sou coorganizador<sup>4</sup>, sem mencionar mais uma que se acha no prelo. Em meio a essa caminhada, desde 2015 desenvolvo, periodicamente, missões de trabalho como professor visitante da Universidade de Lisboa, ao mesmo tempo em que realizei, durante um ano e meio, estágio pós-doutoral em Música no Instituto de Artes da Unicamp.

Eu, que já vivenciara a experiência de editor de *Cara a Cara* – revista encampada pela Editora Vozes em 1978 e que reunia basicamente pós-graduandos e professores de Ciência Política da Unicamp –, coleí boa parte da minha atividade intelectual, de 2004 em diante, à de consultor editorial e, logo em seguida, coeditor da *ArtCultura: Revista de História, Cultura e Arte* (função que exerço até hoje ao lado de Kátia Rodrigues Paranhos), periódico vinculado ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHI) da UFU. Daí para o exercício do papel de integrante de conselhos editoriais e consultivos de muitas revistas<sup>5</sup> (em média, nos últimos tempos, algo em torno de 14 por ano) e de algumas editoras foi um passo, paralelamente à condição de consultor *ad hoc* de órgãos de fomento como CNPq, Capes, Fapesp, bem como da Anppom (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música). Nesse meio-tempo, por sinal, fui, entre 2006 e 2010, vice-presidente e presidente da IASPM-AL (seção latino-americana da International Association for the Study of Popular Music), que congrega pesquisadores de música popular da América Latina e Caribe.

Na área do ensino, ressalto minha ligação, desde os primeiros anos da carreira docente no ensino superior, com os cursos de Ciências Sociais, em especial na PUC de Campinas e na UFU (neste caso, na graduação e pós-graduação), e, posteriormente, com o PPGHI da UFU, seja no mestrado ou no doutorado. Porém, incursionei também pela graduação, na UFU, em Pedagogia e em Educação Física e, notadamente, na Música, desde meados dos anos 1990. Mais e mais, minha produção bibliográfica se vinculou intimamente com as atividades de ensino, na medida em que me pus a explorar os estreitos nós existentes entre política e cultura, com ênfase nas conexões entre esse universo mais abrangente e a música popular.

---

<sup>3</sup> *Idem, Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”*. São Paulo: Intermeios/CNPq/Fapemig, 2015 (com uma primeira reimpressão em 2016 e a segunda edição no prelo).

<sup>4</sup> PARANHOS, Kátia Rodrigues Paranhos, LEHMKUHL, Luciene e PARANHOS, Adalberto (orgs.). *História e imagens: textos visuais e práticas de leituras*. Campinas: Mercado de Letras/Fapemig, 2010.

<sup>5</sup> Dentre elas, a *Revista Brasileira de História*, da Anpuh, a *Revista História*, da Unesp, *Tempo e Argumento*, da Udesc, *Projeto História*, da PUC-SP, *Música Popular em Revista*, da Unicamp/UniRio, e *Contrapulso: Revista Latinoamericana de Estudios en Música Popular*, da Universidad Alberto Hurtado, de Santiago de Chile.

Isso me propiciou colher outros frutos do trabalho intelectual. A partir de 2011, tornei-me bolsista produtividade em pesquisa (PQ) do CNPq, que se converteu numa alavanca propulsora de maior aprofundamento do trabalho de investigação cujo núcleo está na interface da música popular com a investigação histórica e a análise política, tomada esta numa acepção tanto estrita quanto ampla. Primeiramente, ocupei-me do tema *Ponte Rio-Minas: a Bossa Nova nas Geraes* (2011-2014) e, a seguir, dos projetos *Na boca da cena: mulher e políticas do corpo na música popular brasileira (1970-1980)* (2014-2017), *Fado, um “inimigo nacional” na terra do samba? Lutas de representações no Brasil dos anos 30* (2017-2020) e *Batalhas culturais: o jazz na mira do nacionalismo musical (Brasil, anos 1910-1960)*.

Por outro lado, no que diz respeito à gestão acadêmica, chefei, por dois mandatos consecutivos, o Departamento de Ciências Sociais da PUC de Campinas, no começo da década de 1980, e o Departamento de Ciências Sociais (hoje Instituto de Ciências Sociais) da UFU, entre 2003 e 2005, além de figurar por vários anos no Colegiado do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFU.

No desdobramento deste memorial, à maneira de cenas dos próximos capítulos, serão destacados determinados momentos que marcaram minha atuação ao longo de todos esses anos.

## TRAJETÓRIA PROFISSIONAL

### I

Em tempos de ditadura militar eu me graduei em Direito na PUC de Campinas (1966-1970). Antes de vivermos sob o império draconiano do AI-5, já na condição de membro da diretoria do Diretório Acadêmico de Direito, meus interesses, a partir do terceiro ano da faculdade, se direcionaram, inequivocamente, para a área de Ciências Sociais e para a luta em prol da democratização da sociedade brasileira, sob clara inspiração socialista.<sup>6</sup> Mais de uma vez, de venda preta na boca, engrossei as passeatas que tomavam as ruas do centro de Campinas em 1968.<sup>7</sup>

Na época sombria do terrorismo de Estado patrocinado pelo governo Garrastazu Médici, enquanto ministrava aulas de Estudos Sociais no Colégio Batista, cursei Ciências Sociais, ainda na PUC (1971-1974). E, a convite de Hélio Jorge dos Santos, professor titular de Ciência Política, comecei, em 1974 – apesar de estudante, mas portador do diploma de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais –, a assumir, nos seus períodos de licença, a função de professor assistente da mesma disciplina. Efetivado no cargo em 1977, nele me manteria até deixar a PUC em 1987.

Ainda como discente, publiquei o meu primeiro texto num periódico acadêmico, sem saber que ele, de algum modo, antecipava um caminho que iria trilhar muitos anos mais tarde, ao associar música popular e política. “Chico Buarque, sociológico”<sup>8</sup> foi o

---

<sup>6</sup> Como orador da turma, no discurso de formatura em Direito eu anunciei publicamente que, daquele dia em diante, me despedia dos colegas para imprimir novos rumos à minha vida e, citando Mahatma Gandhi, repudiava os regimes políticos que, em última instância, eram expressão de nazismo e fascismo diluídos.

<sup>7</sup> Uma curiosidade: entre 1969 e 1974, converti-me em liderança nacional do Movimento Universitário Espírita (MUE), mal comparando, uma espécie de Teologia da Libertação à moda espírita, que foi designado como “esquerda kardecista” e editava revista e jornais próprios, além de lançar livros como *Espiritismo e marxismo* e *Espiritismo dialético*. Obviamente, o MUE nunca atingiu a dimensão política da Teologia da Libertação, embora, nos meios espíritas, tenha provocado furor e fúria, a ponto de eu e meus colegas universitários de Campinas, São Paulo e Sorocaba sermos expulsos do movimento espírita oficial sob a acusação de nos constituirmos em comunistas infiltrados nele. Sobre essa e outras histórias já se produziram trabalhos acadêmicos, a exemplo de uma dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-graduação em História da Unicamp. Ver MIGUEL, Sinuê Neckel. *Movimento Universitário Espírita: religião e política no Espiritismo brasileiro (1967-1974)*. São Paulo: Alameda, 2014. Acrescente-se que foram feitas denúncias contra o MUE junto a órgãos policiais, e eu cheguei a receber em casa a “visita” de um agente do Serviço de Informações da Aeronáutica.

<sup>8</sup> PARANHOS, Adalberto. Chico Buarque, sociológico. *Ciências Políticas e Sociais*, v. 1, n. 1, São Paulo, 2. sem. 1972.



título do meu artigo de batismo, acolhido na edição inaugural da revista *Ciências Políticas e Sociais*, da Escola de Sociologia e Política de São Paulo.

## II

Em 1975, minha trajetória apontava para outro rumo, a Unicamp, onde, durante dois anos, integralizei os créditos relativos ao mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciência Política e me beneficieei, por um tempo bem mais extenso, dos novos ares e da convivência com intelectuais de peso. Com o incentivo e as discussões em que me envolvi, em particular com os professores Décio Saes, Michel Thiollent, Michel Debrun, Nelson Bueira, Paulo Sérgio Pinheiro, Michael Hall, Ricardo Maranhão, Haquira Osakabe, Antonio Augusto Arantes e meu colega de mestrado Armando Boito Júnior, escrevi dois textos, entre 1975 e 1976, que seriam, posteriormente, reunidos, em meu primeiro livro, *Dialética da dominação*<sup>9</sup>: “Consciência de classe e consciência possível: reflexões para o estudo da consciência operária”<sup>10</sup> e “A ideologia do trabalhismo na literatura de cordel”.

No estudo sobre a temática da consciência de classe, passei em revista, de um ponto de vista crítico, as concepções tradicionais sobre a relação entre partido e proletariado, ao enveredar por formulações de autores clássicos como V. I. Lenin, Georg Lukács, Rosa Luxemburgo e Antonio Gramsci, detendo-me, além do mais, na questão da consciência em partir de Marx, Engels e Lucien Goldman e outros mais. Movia-me, sobretudo, o propósito de criticar a visão, de fundo autoritário e elitista, embutida na tese segundo a qual a consciência de classe operária deveria ser introduzida – numa operação de fora para dentro – pela ação salvadora do Partido Comunista. Nessa ótica, este era identificado, por exemplo, pelo jovem Lukács de *Historia y consciencia de clase*, como a “forma organizacional” por excelência da consciência de classe do

---

<sup>9</sup> *Idem, op. cit.* Obra inserida na coleção Krisis, dirigida por J. F. Regis de Moraes e Carlos Rodrigues Brandão e idealizada por Milton Cornacchia. Entre as resenhas sobre ela, ver BARBOSA, Joaquim Gonçalves. *Veredas*, n. 105, São Paulo, 1985.

<sup>10</sup> Este artigo abriu, em 1976, uma edição especial da *Revista de Cultura Vozes*, que, a convite dos editores da Vozes, foi anunciada como um balão de ensaio ou o número zero da revista *Cara a Cara*, que nós, na maioria mestrandos de Ciência Política da Unicamp agrupados em torno do Centro de Estudos Everardo Dias, lançamos dois anos depois, com a chancela dessa editora. Tal estudo mereceu uma referência em FREDERICO, Celso. A presença de Lukács na política cultural do PCB e na universidade. In: MORAES, João Quartim de (org.). *História do marxismo no Brasil*, v. II: Os influxos teóricos. Campinas; Editora Unicamp, 1995, p. 211. Figura também na base da fundação teórica de RAINHO, Luís Flávio. *Os peões do Grande ABC*. Petrópolis: Vozes, 1980, esp. p. 18 e 19.

proletariado.<sup>11</sup> Desde essa época, incomodava-me profundamente que se concebessem as classes dominadas como um agregado caracterizado, acima de tudo, pela inconsciência, presa aos limites de uma mera consciência econômico-corporativa ou, nas palavras de Lukács, de sua “consciência empírico-psicológica”, uma “falsa consciência” sem conexão com o que seria, em termos ideais, a “verdadeira consciência de classe”, apanágio de intelectuais e do alto-comando do Partido Comunista.

Em linha de sintonia, por vias oblíquas, com tal discussão, na segunda parte do livro, preenchida pelo texto sobre “A ideologia do trabalhismo na literatura de cordel”, antecipava, mesmo que num estágio preliminar, o que viria a desaguar na minha tese de doutorado<sup>12</sup>, embora nesta a literatura de cordel ceda passo à música popular e as referências teóricas apareçam mais encorpadas. Sem querer enredar-me nas tramas de umas tantas ilusões biográficas que delineiam quadros de continuidade e de coerência quase absolutas na trajetória dos que esculpem “histórias de si” à prova de contradições, interessa retomar aqui as pegadas da minha própria caminhada. Evidenciam-se, de qualquer maneira, desde então, importantes pontos de conexão com aquilo que me impulsiona até hoje nos meandros da pesquisa.

Nos idos de 1976, um dos alvos do meu interesse já se mostrava com contornos bem definidos, e eles balizariam, sob determinados aspectos, toda a minha carreira. Com um olho na ideologia do trabalhismo e outro na literatura de cordel, deparava-me com a problemática da dominação ideológica e da resistência. Investia contra as concepções que implicam a aceitação da tese da possibilidade da configuração de uma dominação plena ou total (ou quase isso). E, muito antes de me familiarizar com os estudos da História Social da Cultural e/ou da História Cultural – campo no qual situaria minhas pesquisas a partir de fins dos anos 1990 – percebia, com base nas investigações que principiava a desenvolver, que a dominação ideológica convivia com sua redefinição ativa e criativa pelos dominados. Afirmava, taxativamente, que “não há um perfeito canal de transmissão que leve à consciência do receptor precisamente o conteúdo manipulado pelo transmissor”. Constatava igualmente que, “por mais eficaz que possa ser a ideologia dominante, ela nunca é inteiramente assimilada pelas classes

---

<sup>11</sup> Cf. LUKÁCS, Georg. *Historia y consciencia de clase*. Barcelona: Grijalbo, 1975 (obra escrita entre 1919 e 1922). Ver, nesse livro, principalmente os capítulos Consciencia de clase e Observaciones de método acerca del problema de la organización. Textualmente, Lukács sustenta que o Partido Comunista é a “forma organizacional” da “correta consciencia de clase del proletariado” (p. 74). No debate sobre o assunto, mobilizei, entre outros, autores marxistas como István Mészáros, Adam Schaff, Michael Löwy, Martin Nicolaus e Nicos Poulantzas.

<sup>12</sup> Ver PARANHOS, Adalberto. *Os desafinados: sambas e bambas no "Estado Novo"*, *op. cit.*

dominadas”. E concluía que, na relação entre a ideologia do trabalhismo e as classes populares, “ela passa por *redefinições*”, quando mais não seja porque “coexistem sempre *assimilações e rejeições e/ou redefinições*”.<sup>13</sup>

Em 1984, ao lançar *Dialética da dominação*, excetuada a sua breve introdução, eu não fazia mais do que reproduzir estudos datados da década anterior. Minha produção intelectual como que estancara devido ao redirecionamento político-sindical das minhas atividades, que conciliava com o magistério. Um ponto fora dessa curva consistiu na aparição da revista *Cara a Cara*, em 1978, resultado coletivo de um deliberado engajamento político-acadêmico de mestrandos de Ciência Política da Unicamp na luta contra a ditadura orientada por uma inequivocamente marxista. Coube a mim a função de seu diretor responsável, bem como de membro de seu conselho editorial. O sucesso do periódico se traduziu em cifras animadoras: conforme informações do setor comercial da Editora Vozes, *Cara a Cara* alcançou a soma de 3.000 exemplares vendidos em cerca de um mês.

Tratava-se de uma publicação que, reconheciam muitos dos nossos pares na academia, nascia no interior da universidade para se expandir para fora dela. Objetivava concorrer para refletir sobre as demandas políticas concretas que agitavam a sociedade brasileira num momento em que se impunha a necessidade de injetar força na ação pelo desmoronamento da ditadura militar em crise. Seu número de estreia, puxado pelo tema “Movimento estudantil: e agora?”, convocou para a arena dos debates tendências conflitantes do movimento estudantil, postas na encruzilhada frente às alternativas que se colocavam naquela conjunta. As discussões avançavam ainda a ponto de abarcar a troca de ideias entre um intelectual, um padre progressista, um advogado de presos políticos e – uma novidade em revistas do gênero – um operário da Oposição Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo, preservado no anonimato por estritas razões de segurança. Ao lado disso, claro, eram publicados trabalhos acadêmicos afinados com as questões da luta de classes e, na seção Documentos, se abordava a controvérsia entre Marx, Engels e os “populistas” russos acerca dos caminhos para o socialismo.<sup>14</sup>

Se o movimento estudantil, desde o final de 1975 e, notadamente, em 1976/1977, readquirira de pique de suas manifestações, constituindo-se numa das forças centrais das lutas democráticas no país, de 1978 em diante o movimento operário passaria a ocupar a

---

<sup>13</sup> *Idem*, Consciência de classe e consciência possível: reflexões para o estudo da consciência operária. *Revista de Cultura Vozes*, op. cit., p. 28. Essas mesmas formulações reaparecem em *idem*, *Dialética da dominação*, op. cit., p. 92 e 93.

<sup>14</sup> Ver *Cara a Cara*, ano 1, n. 1, Petrópolis, maio 1978.

boca da cena política. A dialética da repressão e da contestação falaria mais alto, porém, no frigidar dos ovos, o novo quadro que se desenhava empurrava a ditadura, mesmo que de modo lento e gradual, ladeira abaixo. E, exatamente nesse ano, a segunda edição de *Cara a Cara* despontou, tendo como mote “Os operários tomam a palavra”. Na matéria que a abria, a palavra ficava por conta de lideranças sindicais de petroleiros de Campinas e Paulínia e de metalúrgicos das oposições sindicais de São Paulo e de Osasco. Sindicalismo de base, comissões de fábrica e democracia pautaram tal debate. Na crista da onda, Luís Inácio da Silva (Lula) concedeu-nos uma entrevista sobre São Bernardo, ao discorrer sobre “uma experiência de sindicalismo ‘autêntico’”.

Afinal, um dos méritos maiores – senão o maior – de *Cara a Cara* era o de escancarar a discussão sobre temas da atualidade política, sem recusar-se a intervir neles no plano da luta teórica. Simultaneamente, ela abrigava trabalhos sobre lutas operárias da Primeira República, a política de controle da classe operária no governo Vargas, a greve dos 700.000 dos bancários e analisava, historicamente, a “falsa alternativa” sindicato *versus* comissões de fábrica. Em Documentos, reservava espaço para Antonio Gramsci e sua forma de encarar os conselhos de fábrica, sindicatos e partidos, culminando com a publicação do “Programa dos Comissários de Seção”.<sup>15</sup> Enfim, por essa via, longe de cultivar o saber desinteressado, *Cara a Cara* era a reafirmação de um compromisso político de jovens empenhados em contribuir, modestamente que fosse, para plasmar as bases de uma sociedade em que prevalecessem os interesses da maioria da população.

Essa experiência editorial, entretanto, não perdurou, em que pese sua boa receptividade, aí incluída sua repercussão no meio acadêmico.<sup>16</sup> Apesar da insistência da Editora Vozes para que déssemos continuidade à edição de *Cara a Cara*, os caminhos dos componentes do seu conselho editorial, que se cruzaram por alguns

<sup>15</sup> Ver *idem*, ano 1, n. 2, Petrópolis, jul.-dez. 1978.

<sup>16</sup> Ver, por exemplo, entre muitos outros, SADER, Eder e PAOLI, Maria Célia. Sobre “classes populares” no pensamento sociológico brasileiro: notas de leitura sobre acontecimentos recentes. In: CARDOSO, Ruth. *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986, p. 56 e 60, e SADER, Eder. *Quando novos personagens entraram em cena: experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-1980*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, p. 236 [ed. orig. 1988]. Aliás, no embalo da associação de *Cara a Cara* à militância intelectual de esquerda contra a ditadura no Brasil, fui, como seu diretor, convidado pelo governo de Cuba a tomar parte (com todas as despesas pagas), em setembro de 1981, do Encuentro de Artistas e Intelectuales por la Soberanía de Nuestra América, realizado em La Habana. Durante esse evento, a delegação brasileira (composta, entre outros, por Frei Betto, Fernando Morais, Mário Schenberg, Fernando Peixoto, Leandro Konder, Ricardo Maranhão, José Roberto do Amaral Lapa e eu) foi recepcionada, em *petit comité*, em pleno Palacio de la Revolución, por nosso anfitrião, Fidel Castro Ruz. Esse congresso contou ainda com a participação de pesos-pesados da intelectualidade latino-americana como Gabriel García Márques, Mario Benedetti e Ernesto Cardenal.

anos, acabaram, como era lógico, por se separar à medida que completavam os créditos do mestrado em Ciência Política e retornavam a sua cidade de origem. Inviabilizado, na prática, o prosseguimento desse projeto político-editorial, eu, ao mesmo tempo, viveria, na virada das décadas de 1970 e 1980, anos conturbados. Seja pelo envolvimento político-sindical, seja pela crise que afetou em cheio o curso de Ciências Sociais na PUC-Campinas, seja por desencontros e encontros amorosos, que, evidentemente, não vem ao caso detalhar aqui.

### III

Importa, isso sim, assinalar que, em 1978, integrei, juntamente com quatro colegas, a Comissão Provisória Pró-Apropucc (Associação dos Professores da PUC de Campinas). Operando na corda bamba da semiclandestinidade – por causa da oposição entranhada da reitoria da instituição à constituição da entidade –, apesar de expostos a sérios riscos de perda do emprego, impulsionamos sua organização. Valendo-nos de nomes de professores “notáveis”, um deles juiz de Direito, acumulamos forças para deixarmos a atuação subterrânea e formarmos uma primeira diretoria provisória escolhida na assembleia de fundação da Apropucc, simbolicamente no dia do professor, 15 de outubro de 1978. O grupo dos 5, da Comissão Provisória, permanecia, no entanto, como o núcleo diretivo fundamental. E, em meio a uma greve espontânea, deflagrada numa das unidades da PUC, diante de vacilações dos diretores oficiais da associação, não nos restou outra alternativa senão oferecermos a cara a tapa. Assumi, então, à falta de outros diretores, a presidência de uma assembleia que debatia os rumos do movimento. Disso derivou a convocação da primeira eleição da Apropucc, que me alçou à presidência da entidade.

Nos primórdios da Apropucc, tempos difíceis, os conflitos que colocavam frente a frente a sua diretoria com a reitoria da PUC se inflamaram quando esta, sob as alegações de natureza financeira, decidiu fechar, em 1979, o “deficitário” curso de Ciências Sociais, ao determinar o cancelamento do próximo vestibular para essa área. Como um rastilho de pólvora, a indignação se espalhou por boa parte da universidade e culminou com uma greve que se alastrou por sete faculdades e recebeu amplo respaldo do movimento estudantil. Nessas circunstâncias, cheguei a presidir assembleias no Pátio dos Leões, no prédio central da PUCC, com aproximadamente 3.000 participantes. Numa delas, bati duro na “Pontifícia Universidade Capitalista de Campinas”, uma

insolência considerada inadmissível pela reitoria, inconformada também com a ressonância dos protestos nos mais diferentes meios de comunicação de Campinas e da capital paulista. Daí à minha demissão – enquanto exercia a presidência da Apropuc – foi um pulo. E ela se deu na calada das férias, no início de 1980, como um meio de jogar água fria na fervura e tentar evitar a explosão de novos descontentamentos motivados por essa medida autoritária.

Criou-se uma situação paradoxal. Eu – não só eu, como, igualmente, outros colegas da diretoria da Apropucc – estava demitido, contudo continuava na presidência da entidade com “plenos direitos”, de acordo com deliberação dos associados reunidos em assembleia. E coordenava a luta pela reintegração dos demitidos, que alcançou significativa repercussão na imprensa campineira e até do Brasil. *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Veja* e agências noticiosas se encarregavam de reverberar tal arbitrariedade por todos os cantos. Deputados estaduais como Fernando Morais<sup>17</sup>, Eduardo Matarazzo Suplicy encaminharam manifestações de protesto ao grão-chanceler da PUC de Campinas. Como era de se esperar, de parte de muitas associações de docentes constituídas ou em processo de constituição pelo país não tardou o apoio ao movimento. Por sinal, várias delas experimentaram situações semelhantes, sofrendo a decapitação das lideranças, especialmente nas universidades privadas, bastião da reação à organização independente dos trabalhadores da educação.

Para encurtar a história, como um rio caudaloso, o movimento se avolumou. As pressões canalizadas sobre o grão-chanceler, que hesitava em tomar uma decisão firme, finalmente surtiram efeito. O reitor – promotor público, coincidentemente meu ex-professor de Direito Constitucional na Faculdade de Direito – foi afastado. Nomeados, de imediato, novos ocupantes da reitoria, um de seus primeiros atos consistiu em anular a minha demissão, em outubro de 1980, e no reconhecimento do meu direito ao recebimento de todos os salários relativos ao período em que fora forçado a deixar de trabalhar na PUC.<sup>18</sup> Nesse meio-tempo, para arrancar o meu sustento, eu passara a

---

<sup>17</sup> Eu, aliás, coordenei, em 1978, sua campanha vitoriosa a deputado à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo na região de Campinas, o mesmo ocorrendo quando Fernando Morais pleiteou e obteve sua reeleição em 1982. Em torno de seu nome se aglutinavam forças que se identificavam com a esquerda do MDB.

<sup>18</sup> Guardadas as devidas proporções, reeditava-se, assim, um episódio ocorrido na passagem de 1964 para 1965, quando presidia o Grêmio Estudantil Vitor Meirelles. Sob a acusação de “desacato à autoridade” e de “desrespeito à hierarquia”, foi-me negada a matrícula no 3.º ano do curso colegial (direcionado para a área de Humanas) do Colégio Estadual Vitor Meirelles, de Campinas. Embora tenha ficado algum tempo sem acesso à escola, uma ação judicial restituiu-me esse direito, o que resultou, ato contínuo, no afastamento do diretor da instituição.

ministrar aulas no curso de Estudos Sociais das Faculdades Franciscanas (hoje Universidade de São Francisco), na vizinha Itatiba, na qual, por uma questão de gratidão, me mantive até 1982.

Entre 1978 e 1982, meu raio de atuação político-sindical não se limitou somente à PUC. Mergulhei de cabeça no Movimento de Oposição Sindical, que se propunha realizar uma “faxina política” no Sindicato dos Professores de Campinas e Região (Sinpro), dominado por uma diretoria pelega que nele se encastelara por mais de vinte anos. Entendíamos que era preciso agitar as águas estagnadas nessa entidade que, efetivamente, não nos representava. Ela, a exemplo de muitos sindicatos, se alimentava dos polpudos recursos propiciados pela cobrança compulsória do imposto sindical, que possibilitava a sua existência independentemente de uma base sindicalizada massiva. Por isso mesmo, reconduzido à PUC de Campinas e à diretoria da Apropucc, coordenei uma campanha de sindicalização com vistas ao aumento do quadro associativo do sindicato, mirando as eleições sindicais. A PUC, que concentrava o maior contingente de docentes na área territorial coberta pelo Sinpro era, para tanto, um lugar estratégico. E se converteu num terreno privilegiado para que tal luta fosse travada.

Com fácil entrada no rádio, na tevê e nos jornais da cidade, amplificamos essa batalha, denunciemos os ardis de que se socorriam os pelegos para se perpetuarem em seus cargos (como a convocação, quase às escondidas, de assembleias-fantasmas, em letras miúdas, em jornais como o sanguinolento *Notícias Populares*, que os professores não liam habitualmente). Nesse contexto, fui interpelado judicialmente pelo presidente do Sinpro, meu ex-professor do Colégio Bandeirantes, por tê-lo chamado – vá lá, preconceituosamente, mas levando em conta que ele media menos de 1,50 m de altura – de “miniatura de pelego” em artigo publicado no *Diário do Povo*. O presidente da Federação dos Trabalhadores dos Estabelecimentos de Ensino do Estado de São Paulo, não desamparou seu colega: buscou processar-me também. Ao fim e ao cabo, depois de haver constituído advogado para defender-me e, ante os protestos de professores das mais diferentes escolas da rede privada de Campinas e região, que se encaminharam até a sede do Sinpro para exigir explicações por essa tentativa de amedrontamento da oposição sindical, ambos os dirigentes sindicais bateram em retirada, ou seja, desistiram da ação. Nesse clima, com uma sucessão de golpes eleitorais, os pelegos asseguraram por mais uma vez apenas a sua reeleição. Nas eleições seguintes. Seus planos de barrar o Movimento de Oposição Sindical se frustraram e eles perderam, em definitivo, o comando da situação. No que me toca, embora cogitado para ocupar a cabeça da chapa

de oposição, eu declinei disso. Mantinha, apesar de tudo, o propósito de concluir o mestrado em Ciência Política...

#### IV

Não me senti à vontade em condições, porém, para rejeitar outros apelos, sobretudo de estudantes, para concorrer às eleições para a chefia do Departamento de Ciências Sociais, principalmente após conseguirmos, a duras penas, que se restabelecesse o fluxo normal do vestibular para o curso de Ciências Sociais, luta com a qual estava plenamente identificado. Eleito em 1982, graças a uma recondução permaneci nesse posto de trabalho até 1984.

As atribuições decorrentes das atividades explicam, portanto, independentemente de procurar justificar-me aqui, o distanciamento, na prática, da produção bibliográfica. Ela seria retomada, ainda que com certa timidez, em 1986, em atenção a dois convites do editor da Papyrus, Milton Cornacchia. Primeiro, ao escrever um capítulo do livro *Introdução às Ciências Sociais*, um projeto que congregou professores da PUC de Campinas e da Unicamp, entre os quais Carlos Rodrigues Brandão e Rubem Alves. Cada especialista foi instado a escrever sobre sua área específica de formação. Coube-me discorrer sobre Ciência Política, ao me reportar à “Política e cotidiano: as mil e uma faces do poder”.<sup>19</sup> Sob o influxo de novas leituras, acrescentei, então, às minhas reflexões autores como Félix Guattari e Michel Foucault, ao pôr em questão uma visão tradicional da política que associava umbilicalmente poder a Estado, reduzindo o primeiro, no final das contas, a simples expressão da política institucional. Preocupado em juntar-me àqueles que insuflavam outros ares ao pensamento político, revisei, de passagem, formulações clássicas sobre o assunto e bati na tecla da circularidade do poder, enfatizando o estilhaçamento da noção de política e chamando a atenção para o fato de que as relações de poder coexistem com as relações sociais, onde quer que estas se manifestem. Isso abriria o meu caminho pessoal

---

<sup>19</sup> PARANHOS, Adalberto. Política e cotidiano: as mil e uma faces do poder. In: MARCELLINO, Nelson C. (org.). *Introdução às Ciências Sociais*. Campinas: Papyrus, 1986. Esta coletânea emplacou um sucesso considerável, transformando-se em um *best-seller* da Papyrus. Em 2010 contabilizava 17 edições. O meu texto, escrito sem grandes pretensões, dado o próprio caráter introdutório da obra, tornou-se um dos mais citados ao longo de minha carreira. Ver, por exemplo, CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015, p. 22 e 109.



para muitas palestras que proferi sobre “a face erótica da dominação”, ao vincular sexo e poder e captar a dimensão política que se exprime inclusive na vida afetivo-sexual.<sup>20</sup>

Em segundo lugar, depois de confiar-me o papel de consultor editorial e avaliador do livro *The State and political theory*, de Martin Carnoy (professor de Educação da Stanford University), Milton Cornacchia, aconselhado por mim, resolveu bancar o lançamento – que seria muito bem-sucedido nestas terras, como o provam suas sucessivas reedições – de *Estado e teoria política*.<sup>21</sup> João Roberto Martins Filho e eu compartilhamos a revisão técnica da tradução, empolgados com a possibilidade desse livro vir a suprir uma lacuna na bibliografia disponível em português sobre a temática nele enfocada. Por seu largo espectro, ele palmilhava um roteiro extremamente atraente para os iniciados nos estudos em Ciência Política: ia do pensamento político norte-americano a Marx, Engels, Lenin, Gramsci, Althusser, Poulantzas, devidamente distribuídos por seus capítulos, sem se furtar a enfrentar dilemas da maior atualidade, como o “debate alemão” e a relação entre democracia e transição ao socialismo. Na orelha da obra (reproduzida parcialmente na sua contracapa), eu destacava:

*Nisso consiste uma das melhores contribuições deste livro, que recupera as linhas básicas do debate que se trava atualmente no interior da esquerda sobre a transição para o socialismo. E isso servirá, sem dúvida, para levar à reflexão aqueles que, agarrados a uma tradição autoritária, persistem em encarar a democracia como um valor meramente instrumental, sem se darem conta de que apenas um socialismo democrático poderá materializar, num outro contexto social, os princípios da autonomia e independência, dos quais se alimenta uma cultura efetivamente democrática.*<sup>22</sup>

Nessa época, aliás, unindo reflexões teóricas à prática político-partidária, eu coordenei, na região de Campinas, a campanha eleitoral, pelo PT, de dois eminentes cientistas políticos da USP, Francisco Weffort, candidato a deputado federal, e Eder Sader, aspirante a deputado estadual. Ambos se sintonizavam com uma visão que, sem abdicar de posturas socialistas, propunha uma mirada crítica em relação a determinadas concepções e práticas tradicionais da esquerda. Esse olhar heterodoxo direcionado à política e à sociedade, com a incorporação à agenda de discussões de outros temas que fugiam a padrões mais engessados ideologicamente – como feminismo, homossexualismo, articulação entre micro e macropolítica e outros mais –, empolgou

<sup>20</sup> Calcado nessas premissas e expandindo-as, mais tarde eu desenvolveria, entre 2014 e 2017, o projeto PQ/CNPq *Na boca da cena: mulher e políticas do corpo na música popular brasileira (1970-1980)*.

<sup>21</sup> CARNOY, Martin. *Estado e teoria política*. Campinas: Papyrus, 1986.

<sup>22</sup> PARANHOS, Adalberto. In: CARNOY, Martin, *op. cit.*, orelha.

uma parcela do eleitorado mais jovem.<sup>23</sup> No Pátio dos Leões da PUC de Campinas, mediei um debate, com a presença dos dois candidatos e de Marilena Chaui, filósofa da USP, que atraiu alguns milhares de pessoas. Ela era, naquele momento, sem a menor dúvida, a intelectual de esquerda dotada de maior poder de atração sobre esse tipo de eleitores. Da mesma maneira, transpirando os novos tempos vividos no cenário político nacional, coordenei, no mesmo local, mais um evento massivo cuja estrela foi outro personagem que causava sensação, Fernando Gabeira.

## V

O ano seguinte (1987) marcaria por uma sensível alteração de rota em minha vida profissional. O descontentamento com as condições de remuneração e de trabalho que imperavam na PUC de Campinas – a despeito dos ganhos obtidos à custa de muita luta da Apropucc – conduziu vários colegas mais próximos a outras paragens. As universidades públicas, ao proporcionarem a contratação de professores em regime de 40 horas, com dedicação exclusiva, como que acenavam para nós com melhores dias. Numa dessas, prestei concurso para ingresso no Departamento de Ciências Sociais (Decis) da UFU e, em 1 de julho de 1987, comecei a trabalhar em Uberlândia, embora mantendo residência em Campinas por mais alguns anos.

O antigo Decis concentrava professores das áreas de História e de Ciências Sociais. Os primeiros, ligados basicamente a dois cursos (diurno e noturno) de graduação em História; os segundos, até o surgimento do curso matutino de graduação em Ciências Sociais, limitavam-se a prover as necessidades de outras unidades. Por esse motivo, durante anos a fio ministrei aulas de Sociologia nas licenciaturas de Pedagogia, Educação Física (Sociologia do Corpo) e Música (Sociologia da Música).

---

<sup>23</sup> Produzi, nesse ano, um material de campanha, *Weffort, a nova cara do socialismo* (até então, obviamente, ele não rompera com o PT, muito menos com o socialismo e/ou o marxismo...), com ótima ressonância junto a segmentos mais inovadores da esquerda. A cientista política Maria Victoria Benevides, por exemplo, utilizou-o em suas aulas na USP, em função das reflexões aí contidas sobre os novos rumos que se apontavam para a esquerda. Weffort, entusiasmado com o resultado desse nosso diálogo – que, gravado no apartamento de seu sogro, Paulo Freire, por quatro horas, foi abreviado para servir como peça de campanha –, propôs-me que publicássemos um livro sobre o assunto. Com minha mudança para Uberlândia (da qual falarei a seguir) e, de novo, meu envolvimento com a atuação político-sindical, esse projeto foi abortado. Da mesma forma como antes, em 1982, o fora outro, aprovado por Luiz Schwarcz, editor da Brasiliense, para a qual Ricardo Maranhão, professor de Ciência Política da Unicamp, e eu escreveríamos uma obra (*O que é greve*) destinada à coleção Primeiros Passos, um grande sucesso editorial na década de 1980. Tais oportunidades, no entanto, se perderam, como outras tantas, por conta de outras opções.

Mal me fixara na UFU, engajei-me no movimento docente. Poucos meses depois da assinatura do meu contrato, ainda sob o regime de estágio probatório, ao eclodir uma greve no setor das universidades federais eu integrei o Comando Local de Greve (CLG). E permaneci por muito tempo como representante do Decis na Adufu (Associação dos Docentes da UFU), o que me levou, em 1989, a ser um dos quatro coordenadores do Comando de Greve, quando, de novo, nos atirávamos à luta contra a política educacional vigente e seus rebatimentos na esfera do ensino superior. Em 1992, mais uma vez reconduzido ao CLG, a pauta principal era a exigência do respeito, por parte do governo Collor (e, na sequência, do governo Itamar Franco) ao resultado da eleições internas para a reitoria, vencidas por colegas identificados com propostas progressistas – o que demandou muita energia e capacidade de resistência de docentes, técnicos e estudantes até a homologação dos nomes dos eleitos em consulta prévia.

Em meio à rotina das viagens semanais entre Campinas e Uberlândia e à minha inclusão no conselho editorial de *História & Perspectivas*, revista criada pelo curso de História da UFU no final da década de 1980, um fato motivou-me a redigir um extenso artigo, de não menos que 107 páginas...<sup>24</sup> Seu mote foi uma entrevista em que o violonista, compositor e cantor Elomar, o cantador das caatingas, concedeu ao *Jornal da Adufu*, numa de suas vindas ao cerrado para apresentar-se perante a grande legião dos seus fãs na região. Nela, desagradou-me profundamente a maneira como ele concebia a Bossa Nova, reduzida a um reles caso de “puxa-saquismo cultural” daqueles que resolveram “jazzar o samba” para entrar no mercado norte-americano. Com esse suposto abastardamento do samba em função da sua submissão ao *jazz* se poderia dizer que “aqui jazz o samba”.... Ao disparar meus petardos críticos em relação a esse tipo de visão, eu procurei evidenciar que ouvir Elomar falar equivalia a comprar um bilhete para uma viagem sem volta rumo ao passado. Afinal, suas palavras eram, sob vários aspectos, um eco tardio de argumentos esgrimidos por nacionalistas ferrenhos, a exemplo do pesquisador e jornalista José Ramos Tinhorão e outros mais. E eu recuava no tempo para mostrar que, no rastro do sucesso da Bossa Nova, entre o fim dos anos 1950 e a década de 1960, a reação se instalou e estalou, acionando uma verdadeira cruzada de purificação da música popular brasileira, uma versão à moda da casa de uma

---

<sup>24</sup> *Idem*, Novas bossas e velhos argumentos: tradição e contemporaneidade na MPB. *História & Perspectivas*, n. 3, Uberlândia, jul.-dez. 1990. Diversos colegas, posteriormente, me condenariam, em tom de elogio, por não haver feito desse texto – se introduzisse nele alguns penduricalhos acadêmicos e o ampliasse um pouco aqui e ali, avançando um tanto mais nas reflexões teóricas – a minha dissertação de mestrado. A Bossa Nova, frise-se, ocuparia lugar central no meu primeiro projeto PQ/CNPq (2011-2014), *Ponte Rio-Minas: a Bossa Nova nas Geraes*.

espécie de “nazismo cultural”.<sup>25</sup> Recuperei, então, momentos relevantes dessas lutas de representações, cujas origens remontavam a décadas anteriores e me vali de copiosa documentação fonográfica que cobria cerca de 60 anos de história da música popular brasileira.

Esse texto, apesar ou por causa mesmo de ter sido elaborado fora dos padrões acadêmicos mais ortodoxos, reservou-me muitas alegrias. Numerosas foram as referências feitas a ele por distintos pesquisadores.<sup>26</sup> Desde que se esgotaram os 1.000 exemplares da edição de *História & Perspectivas* que o acolheu, multiplicaram-se os pedidos de fornecimento de cópias e, nos últimos anos, pesquisadores da Bossa Nova, de graduandos a doutores ou pós-doutorandos, continuaram a demandar sua republicação. Por isso, a *Revista de Estudos de Cultura*, da Universidade Federal de Sergipe, cuidou de reproduzir ao menos a primeira parte desse artigo, que abriu o dossiê “Música e identidade”.<sup>27</sup> E agora está encaminhada sua reedição, no formato de *e-book*, acompanhada de um prefácio e de uma fortuna crítica, como se fora um posfácio.

## VI

Mas, de volta à linha do tempo, minha atuação seguia dividida, acima de tudo, entre o engajamento no movimento dos professores e as aulas, até que, de uma vez por todas, impus-me a obrigação de liquidar a fatura pendente da dissertação de mestrado. Ela fora praticamente deixada no desvio, a despeito do volumoso material de pesquisa

<sup>25</sup> A temática do nacionalismo cultural, com sua forte atração sobre mim, atravessa, de ponta a ponta, outros dois projetos PQ/CNPq mais recentes, nos quais ela é submetida ao crivo da crítica: *Fado, um “inimigo nacional” na terra do samba? Lutas de representações no Brasil dos anos 30 (2017-2020)* e *Batalhas culturais: o jazz na mira do nacionalismo musical (Brasil anos 1910-1960) (2020-2023)*.

<sup>26</sup> Por exemplo, por MATOS, Maria Izilda Santos de. *Dolores Duran: experiências boêmias em Copacabana nos anos 50*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p. 64-66, NAPOLITANO, Marcos. *“Seguindo a canção”*: engajamento político e indústria cultural na MPB (1959-1969). São Paulo: Annablume/Fapesp, 2001, p. 24, GARCIA, Miliandre. *Do teatro militante à música engajada: a experiência do CPC da UNE (1958-1964)*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 72, 89 e 144, e BAIA, Silvano Fernandes. *A historiografia da música popular no Brasil: análise crítica dos estudos acadêmicos até o final do século XX*. Uberlândia: Edufu, 2015, p. 178 e 179. Salientou-se, por vezes, que, ao contrário de autores que, no limite, estabelecem um corte entre a Bossa Nova e a história pregressa da música popular brasileira, eu a enxergava como um momento, dialeticamente falando, de continuidade e ruptura em relação à tradição musical. Tanto que chegava a ressaltar as conexões – e não simplesmente oposição – entre o samba-canção e a Bossa Nova, vendo aquele até como uma antessala desta. Isso foi sublinhado recentemente num artigo escrito a quatro mãos por VARGAS, Herom e BRUCK, Mozahir. Entre ruptura e retomada: crítica à memória dominante da bossa nova. *Matrizes*, v. 11, n. 3, São Paulo, set.-dez. 2017, p. 232, 233 e 237. Ver ainda NAPOLITANO, Marcos. A janela de Carolina e o espelho de Lindoneia: duas (anti)musas de um mundo que se desagrega. *ArtCultura*, v. 4, n. 5, Uberlândia, dez. 2002, p.14.

<sup>27</sup> PARANHOS, Adalberto. A cruzada da purificação nacional contra a Bossa Nova: ecos de um debate. *Revista de Estudos de Cultura*, v. 4, n. 11, São Cristóvão, jan.-maio 2018.

que coletara na segunda metade da década de 1970. Caio Navarro de Toledo incentivou-me a fechar esse ciclo e assumiu a função de orientador, ele que me propiciou toda liberdade para tanto e, após ler o primeiro capítulo, propôs-me que a convertesse, sem escalas, em tese de doutorado, prática admitida na Unicamp em casos excepcionais.<sup>28</sup> Meus colegas Edilson José Graciolli e Kátia Rodrigues Paranhos (então Kátia Sousa Rodrigues) foram além nas demonstrações de solidariedade e apoio: arcaram com parte das minhas aulas a fim de que canalizasse todo o meu esforço na finalização do trabalho. Maria Izilda Santos de Matos, a quem conhecera em 1995, também não poupou estímulos para que eu encerrasse esse capítulo aparentemente interminável da minha vida. Ela, em princípio, se dispunha a me receber, de braços abertos, no doutorado do Programa de Estudos Pós-graduados em História da PUC-SP. De mais a mais, uma liberação da minha carga horária letiva concedida pelo Decis, por um ano e meio, foi decisiva para que, em fevereiro de 1997, eu, contrariando a expectativa de muitos colegas da casa, defendesse a dissertação de mestrado no Programa de Pós-graduação em Ciência Política na Unicamp. Intitulada *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*, ela viraria livro, graças às gestões de Caio Navarro de Toledo junto à Boitempo Editorial.<sup>29</sup> E ele, que tanto se empenhou em favor desse “final feliz”, deu-me a honra de prefaciá-lo.

Nessa obra a análise sobre o discurso do trabalhismo varguista o caracteriza como uma fala roubada e restituída aos trabalhadores<sup>30</sup>, não sem antes passar por todo um processo de ressignificação. Sob tal ótica, lancei-me à tarefa de apreender a ideologia do trabalhismo *in statu nascendi*, atento à dinâmica da sua formação, nos anos 1930 e 1940, em meio às flutuações político-sociais do período e às novas configurações das lutas de classe. Ao percorrer as pontes de contato entre as concepções trabalhistas e o pensamento político autoritário no Brasil, situei a ideologia do trabalhismo como uma “região ideológica” da ideologia de Estado. Afastei-me, ainda, da corrente historiográfica para a qual os “Estados Autoritários” se revestem de um caráter

---

<sup>28</sup> Eu, que nunca fui um exemplo de pragmatismo acadêmico, recusei a tentadora proposta, alegando que, no doutorado, pretendia alargar o arco de referências da pesquisa e privilegiar nos meus estudos a música popular em tempos de “Estado Novo”.

<sup>29</sup> *Idem*, *O roubo da fala: origens da ideologia do trabalhismo no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 1999 (esgotada em 2001, em 2007 foi lançada a 2. ed., esgotada desde 2019).

<sup>30</sup> Tal ideologia, que opera um corte radical entre o período pré-1930 e o pós-1930 na história do Brasil, tem como epicentro o mito da doação da legislação social por Getúlio Vargas. Por essa razão recorri, parcialmente, a Roland Barthes, para quem “o mito é uma fala *roubada* e *restituída*. Simplesmente, a fala que se restitui não é exatamente a mesma que foi roubada: trazida de volta, não foi colocada no seu lugar exato. É esse breve roubo, esse momento furtivo de falsificação que constitui o aspecto transido da fala mítica”. BARTHES, Roland. *Mitologias*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972, p. 146 e 147.

essencialmente não mobilizador. Ao contrário, aponte o potencial mobilizador embutido, em estado larvar, no ideário trabalhista. E acentuei a importância da conjuntura marcada pela abertura da crise política do “Estado Novo”, quando o que era conservado na condição de potência acabou se transformando em ato, materializado nos primeiros balões de ensaio de mobilização populista do governo Vargas.

Paralelamente, voltei-me para um constante diálogo crítico com a bibliografia que trata da temática do trabalhismo. As fontes prioritárias da investigação foram a produção intelectual dos ideólogos autoritários (com destaque especial para Francisco Campos e Azevedo Amaral), discursos de Vargas e dos ministros do Trabalho, particularmente de Marcondes Filho, e uma ampla pesquisa detida aas edições do *Boletim do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio*. Na análise do trabalhismo, tomei como ponto de partida a concepção gramsciana de ideologia<sup>31</sup>, pondo em relevo, para além do plano discursivo, a materialidade da produção ideológica.

Com o lançamento do livro surgiram diversas resenhas publicadas no Brasil e no exterior.<sup>32</sup> Ele repercutiu, desde então até os dias atuais, em muitas dissertações, teses, artigos e obras variadas<sup>33</sup>, o que possibilitou, neste momento, a preparação de sua terceira edição.

## VII

Alguns meses antes de vir a público *O roubo da fala*, eu faria meu *debut* editorial internacional no meio acadêmico, um marco do ponto de vista pessoal e profissional,

---

<sup>31</sup> Em síntese, para Gramsci a ideologia é “uma concepção de mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas”. Disso decorrem a sua materialidade e a importância de sua expressão como “material ideológico” que transcende sua apreensão como algo confinado tão somente ao mundo das ideias. GRAMSCI, Antonio, *Concepção dialética da história*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978, p. 16, e *idem*, *Pasado y presente*. Buenos Aires: Granica, 1974, p. 219 e 220.

<sup>32</sup> Dentre elas, as de NEVES, Lucilia de Almeida. *Crítica Marxista*, n. 11, São Paulo, 2000, e de GRACIOLLI, Edilson José. *Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo*, año 6, n. 11, 2000. Todas as resenhas sobre *O roubo da fala* primaram por um tom elogioso, com exceção, até certo ponto, à conta de Guilherme Cavalheiro, que, ao exaltar os méritos da obra, fez, teceu a crítica da crítica ao legado de Vargas, por ele entendido como o fundador do Estado do bem-estar social no Brasil, hipótese rechaçada veementemente por mim. Sua posição, a que se seguiu minha réplica, foi exposta na Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFRN. Ver CAVALHEIRO, Guilherme. Chame! Chame! Chame o ladrão! *Cronos*, v. 1, n. 2, Natal, jul.-dez. 2000, e PARANHOS, Adalberto. Chega de saudade... ou saudades do ladrão. *Cronos*, v. 2, n. 1, Natal, jan.-jun. 2001.

<sup>33</sup> Ver, por exemplo, MATTOS, Marcelo Badaró. *O sindicalismo brasileiro após 1930*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003, p. 80, e FRENCH, John D. *Drowning in laws: labor law and Brazilian political culture*. Chapel Hill and London: The University of North Carolina Press, 2004, p. 27, 140, 141, 167, 200, 220 e 231.

porque representaria uma nova reorientação no domínio da pesquisa. Abraçava um objeto a que, até essa época, me apegava como um mero diletante, consumindo-a como meu pão nosso de cada dia. Se, no prefácio e na contracapa de *O roubo da fala*, Caio Navarro de Toledo já notara que ele estava recheado de “alusivas e sonoras metáforas musicais”<sup>34</sup>, agora a situação mudava de figura.. A música deixaria de figurar como uma referência marginal: as canções migrariam das bordas para o centro das minhas investigações. Para ser mais preciso, ela, como que habitando uma casa de cômodos, dividiria o espaço principal com a cultura e a política em geral, a partir de uma fatura histórica.

Isso se deu com a publicação do meu primeiro texto em terras estrangeiras, “O Brasil dá samba? Os sambistas e a invenção do samba como ‘coisa nossa’”, inserido na coletânea *Música popular en América Latina*<sup>35</sup>, que reuniu colaborações de participantes de diferentes países do continente que acorreram ao II Congresso Latinoamericano de la IASPM-AL, realizado em Santiago de Chile em 1997. Nele tentei desmontar uns tantos andaimos nos quais se apoia a tese – generalizada entre nós – de que o samba foi elevado ao *status* de ícone musical da nacionalidade em consequência, primordialmente, da impulsão do Estado e/ou do governo Vargas durante a ditadura estado-novista. Ancorado numa extensa pesquisa em torno da música popular industrializada produzida no Brasil entre o final dos anos 1920 e meados da década de 1940, procurei revolver o lado avesso dessa questão. Para tanto, lancei mão, como recurso metodológico, da *history from below*. E, sem negar a óbvia participação do Estado nesse processo, concentrei-me no discurso musical das classes populares e médias que acionaram as alavancas do samba e proclamaram, a plenos pulmões, antes da instauração do “Estado Novo”, que ele era o símbolo cultural do Brasil por excelência. Nesse ponto, retomava uma perspectiva analítica fundamental de *O roubo da fala*, ao criticar as “análises descendentes”, a partir das quais tudo ou quase tudo – como se percebe numa das linhas mestras do pensamento político brasileiro – parece provir do Estado.<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> TOLEDO, Caio Navarro de. Prefácio. In: PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala*, op. cit., p. 14

<sup>35</sup> PARANHOS, Adalberto. O Brasil dá samba? Os sambistas e a invenção do samba como “coisa nossa”. In: TORRES, Rodrigo (ed.). *Música popular en América Latina*. Santiago de Chile: Fondart, 1999.

<sup>36</sup> No rastro dessa abordagem, o Estado foi convertido por muitos analistas num sujeito “demiúrgico” ou no grande sujeito da história, que espalharia seus tentáculos a ponto de abarcar e moldar toda ou quase toda a malha social. Para a contestação dessa concepção, eu remetia os leitores, entre outros, a CHAUI, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUI, Marilena e FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, esp. itens I e III.

Esse texto, que embasaria o segundo capítulo de *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”*, motivou convites variados para republicação no Brasil, quer na versão integral, quer em tamanho mais enxuto, pois sua extensão ultrapassava as dimensões usuais de um trabalho destinado a periódicos acadêmicos. Ele reapareceu, portanto, em diversos moldes, tanto por inteiro, em *sites* de grande abrangência, a exemplo da Agenda do Samba e Choro<sup>37</sup>, como em formato menor de artigo na revista *História*<sup>38</sup>, da Unesp, ou na sua feição expandida como capítulo do livro *Música e política*.<sup>39</sup> Foi ainda adaptado para o público do exterior, em atenção a um projeto especial da Routledge<sup>40</sup>, editora estabelecida em Nova Iorque e em Londres. E passou a ser uma referência recorrente em trabalhos de pesquisadores de música popular brasileira.<sup>41</sup>

## VIII

Efetivamente, nesta viagem pelo túnel do tempo, 1997, ano em que concluí o mestrado e escrevi “O Brasil dá samba? Os sambistas e a invenção do samba como “coisa nossa”, foi um divisor de águas em minha atuação profissional. Daí em diante, avolumou-se a minha produção, que, conforme consta da Plataforma Lattes, se distribuiu, até hoje, entre 48 artigos e 26 capítulos, a que se somam a organização de 8 dossiês e a publicação de dois livros autorais e outro do qual fui co-organizador.

Na tentativa de não tornar enfadonho este memorial, irei poupar-me, daqui para a frente, de menções pontuais a todos esses produtos intelectuais. Restringirei as referências ao que me parece mais relevante para esta operação do tipo “recordar é viver”. Um ponto de partida está em um texto que, ainda em 1997, foi estampado na

<sup>37</sup> PARANHOS, Adalberto. O Brasil dá samba? Os sambistas e a invenção do samba como “coisa nossa”. Disponível em <<https://www.samba-choro.com.br>>, que, sem dúvida, se tornou, desde 2003, a sua principal fonte de difusão, a julgar pelas remissões a esse autodenominado “boteco virtual”.

<sup>38</sup> *Idem*, A invenção do Brasil como terra do samba: os sambistas e sua afirmação social. *História*, v. 22, n. 1, São Paulo, 2003.

<sup>39</sup> *Idem*, Ação e afirmação dos sambistas na invenção do samba como “coisa nossa”: uma história vista de baixo. In: GARCIA, Tânia da Costa e TOMÁS, Lia (orgs.). *Música e política: um olhar transdisciplinar*. São Paulo: Alameda, 2013.

<sup>40</sup> *Idem*, The invention of Brazil as the land of samba: *sambistas* and their social affirmation. In: ULHÔA, Martha Tupinambá de e AZEVEDO, Cláudia and TROTTA, Felipe. *Made in Brazil: studies in popular music*. New York and London: Routledge, 2015 [com outra reimpressão em 2016].

<sup>41</sup> Entre os quais NAPOLITANO, Marcos. *A sincopa das ideias: a questão da tradição na música popular brasileira*. São Paulo: Perseu Abramo, 2007, p. 32, 33, 36 e 151.



*Revista de Sociologia e Política*<sup>42</sup>, da Universidade Federal do Paraná, no dossiê “Estado Novo: 60 anos”. Se aqui me remetia a temas conectados com minha dissertação de mestrado, logo em seguida, a partir de 2000, começaria a escrever artigos que elegiam a música popular como um alvo privilegiado. As ciladas da canção e as precauções metodológicas que deveriam, a meu ver, nortear a investigação histórica sobre música já haviam originado, em 1995, um texto introdutório<sup>43</sup>, em uma obra didática idealizada por professores da Escola de Educação Básica (Eseba) da UFU. Agora, como um passo adiante nessas reflexões, adensava-as teoricamente, em um trabalho que integrou uma seção de *Projeto História*<sup>44</sup> valorizava outras linguagens no campo da História.

Para além de considerações de ordem geral, entretanto, eu desceria ao chão da pesquisa histórica noutro texto em que delinearía, em 2002, as bases sobre as quais se sustentaria, três anos depois, minha tese de doutorado. “Vozes dissonantes sob um regime de ordem unida: música e trabalho no ‘Estado Novo’”<sup>45</sup> foi, de fato, um ponto de clivagem em minhas pesquisas. De um lado, retornava às investigações sobre o regime estado-novista e a ressonância do discurso trabalhista. De outro, buscava mostrar como, a julgar pela produção musical de muitos sambistas, o Estado não fora tão bem-sucedido no seu esforço para silenciar as vozes dissonantes. Ao contrário do que, com frequência, assegurou a bibliografia dominante acerca desse período em que o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) aparentemente reinava soberano e incontestável, os sambistas não foram simples câmaras de eco do poder estatal. Nem

---

<sup>42</sup> PARANHOS, Adalberto. O coro da unanimidade nacional: o culto ao “Estado Novo”. *Revista de Sociologia e Política*, n. 9, Curitiba, 1997.

<sup>43</sup> *Idem*, Saber e prazer: a música como recurso didático-pedagógico (Introdução). In: FRANCO, Alécia Pádua (coord.). *Álbum musical para o ensino de História e Geografia no 1º grau*. Uberlândia: UFU, 1995.

<sup>44</sup> *Idem*, Sons de sins e de nãoos: a linguagem musical e a produção de sentidos. *Projeto História*, n. 20, São Paulo, abr. 2000.

<sup>45</sup> *Idem*, Vozes dissonantes sob um regime de ordem unida: música e trabalho no “Estado Novo”. *ArtCultura*, v. 4, n. 4, Uberlândia, jun. 2002. Este artigo seria uma das referências de Jairo Severiano ao repensar as relações entre samba e a ditadura estado-novista. Ver SEVERIANO, Jairo. *Uma história da música popular brasileira: das origens à modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2008 (esp. cap. 40 e p. 465). Esse texto foi republicado em espanhol, no Chile e em Cuba, e, em inglês, nos Estados Unidos e na Inglaterra, neste caso como capítulo de abertura de uma coletânea. Ver *idem*, Dissonant voices under a regime of order-unity: popular music and work in the Estado Novo. In: AVELAR, Idelber e DUNN, Christopher. *Brazilian popular music and citizenship*. Durham & London: Duke University Press, 2011. Com algumas reformulações pontuais, ele abriu igualmente, a pedidos, o livro de Busetto, Áureo (org.). *História plugada e antenada: estudos históricos sobre mídias eletrônicas no Brasil*. Curitiba: Appris, 2017.

tudo era expressão do “samba da legitimidade”<sup>46</sup>. Havia também os que desafinavam o coro dos contentes.

Esse artigo embalou comunicações apresentadas por mim em eventos acadêmicos. Sua difusão acabou resultando em um convite da editoria da revista *Nossa História*, da Fundação Biblioteca Nacional, para que, adaptado a uma linguagem mais acessível ao grande público, ele se convertesse na matéria de capa de uma edição dessa publicação. E foi o que ocorreu. Sob a chamada “Ginga de malandro: sambistas cariocas driblaram a censura do Estado Novo – Adalberto Paranhos”, acompanhada de uma ilustração de Lan que ocupava quase toda a capa, e com título “Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo”<sup>47</sup>, atribuído pelos editores de *Nossa História*, o texto chegou a um sem-número de bancas de jornais espalhadas pelo país. À época, esse projeto editorial de disseminação do conhecimento histórico alcançou grande sucesso, o que se espelhava na sua tiragem superior a 70.000 exemplares. Assim, desfrutei, pela primeira vez, do êxito do alcance relativamente massivo de uma produção acadêmica.<sup>48</sup>

Isso se traduziu em um aumento considerável de convites para palestras e coisas que tais, e me fez tomar a decisão de não mais adiar a finalização do doutorado. Não era possível mais retardá-lo. Chamado aqui e ali de doutor, apesar de jamais me apresentar como tal, eu fui convidado – dada a divulgação do meu trabalho feita por *Nossa História* – para ser um dos palestrantes do “Seminário internacional Da vida para a história: o legado de Getúlio Vargas”, promovido pelo Ministério Público do Rio Grande do Sul e realizado em Porto Alegre em agosto de 2004. E lá, ao lado, entre outros, de Thomas Skidmore, Marieta de Moraes Ferreira, Eli Diniz, Vavy Pacheco Borges e Lucia Lippi Oliveira, era o único “doutor não doutor”.<sup>49</sup> Decididamente, essa situação não poderia perdurar por mais tempo...

---

<sup>46</sup> Tese que se propagou um tanto quanto acriticamente, baseada em especial em PEDRO, Antonio (Tota). *Samba da legitimidade*. Dissertação (Mestrado em História) – USP, São Paulo, 1980.

<sup>47</sup> PARANHOS, Adalberto. Os desafinados do samba na cadência do Estado Novo. *Nossa História*, ano 1, n. 4, Rio de Janeiro, fev. 2004.

<sup>48</sup> Tal artigo reverberou também no meio universitário, citado em muitas obras, como em AZEVEDO, Ricardo. *Abençoado e dano do samba: um estudo sobre o discurso popular*. São Paulo: Edusp, 2013, p. 759.

<sup>49</sup> Todos esses autores estão presentes no livro editado pelos organizadores do seminário. No meu caso, antecipava aí, num de seus capítulos, aquele que viria a ser o título de minha tese de doutorado. Ver *idem*, Os desafinados; sambas e bambas no “Estado Novo”. In: AXT, Gunter, BARROS FILHO, Omar L., SEELIG, Ricardo Vaz e BOJUNGA, Sylvia. *Da vida para a história: reflexões sobre a era Vargas*. Porto Alegre: Memorial do Ministério Público, 2005.

## IX

Contudo, um pouco antes de defender meu doutorado em História, outro fato redirecionaria, em grande medida, minha trajetória acadêmica. Em meados de 2004, uma nova equipe editorial assumiria os destinos da *ArtCultura*. Inicialmente, por não ser ainda doutor, atuei como assessor editorial. Dali a algum tempo, porém, com o doutorado concluído, passei a compartilhar com Kátia Rodrigues Paranhos a editoria da revista, tarefa que dividimos de 2006 até hoje.

Com o transcorrer dos anos, a *ArtCultura* começou a ser apontada como um dos principais periódicos brasileiros voltados para a História Cultural. Abrigou textos relevantes que estimularam a exploração das interfaces entre a História e as artes visuais, cinema, música, teatro e a cultura em geral, sem contar as relações de gênero e outras temáticas afinadas com sua proposta editorial.<sup>50</sup> Em seus conselhos editorial e consultivo, acolheu historiadores de lastro internacional que não se cingiram a fazer figuração simbólica; pelo contrário, remeteram-nos textos que ajudaram a sedimentar o prestígio da revista. Foi o caso, por exemplo, de Carlos Ginzburg (Itália), Dolf Oehler (Alemanha), Fernando Catroga (Portugal), François Dosse (França), Idelber Avelar (EUA), José Machado Pais (Portugal), Marshall Berman (EUA), Roger Chartier (França) e Sidney Chalhoub (EUA). No âmbito nacional, reuniu pesquisadores de grande envergadura, entre os quais Ana Maria Mauad (UFF), Annateresa Fabris (USP), Eduardo Morettin (USP), Joana Maria Pedro (UFSC), José Roberto Zan (Unicamp), Lucilia de Almeida Neves Delgado (UnB), Marcos Napolitano (USP), Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP), Martha Tupinambá de Ulhôa (UniRio), Raúl Antelo (UFSC), Santuza Cambraia Naves (PUC-Rio e Ucam) e Tania Regina de Luca (Unesp). Esses(as) conselheiros(as) também se dispuseram a publicar artigos, quando não a organizar dossiês, além de emitirem pareceres sobre os trabalhos submetidos à revista.

A *ArtCultura* consolidou sua prática de, a cada edição, lançar dossiês. Eu, particularmente, estive à frente, entre 2004 e 2018<sup>51</sup>, de 8 deles:

- História & música. *ArtCultura*, n. 9, Uberlândia, jul.-dez. 2004;

---

<sup>50</sup> Colaborações das mais diversas procedências se tornaram comuns na *ArtCultura*, mais precisamente de países como Alemanha, Argentina, Chile, Colômbia, Cuba, Espanha, Estados Unidos, França, Índia, Inglaterra, Itália, México, Portugal, Rússia e Venezuela.

<sup>51</sup> Excluído outro, já finalizado, Pelos campos da História e da música popular, que aparecerá brevemente na *ArtCultura*, v. 22, n. 40, correspondente a jan.-jun. 2020.

- História & música popular. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 8, n. 13, Uberlândia, jul.-dez. 2006<sup>52</sup>;
- Cultura & música popular na Primeira e Segunda Repúblicas. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 13, n. 22, Uberlândia, jan.-jun. 2011;
- História & música popular. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 14, n. 24, Uberlândia, jan.-jun. 2012;
- Sons da história: música popular. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 16, n. 28, Uberlândia, jan.-jun. 2014;
- História & rock.<sup>53</sup> *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 17, n. 31, Uberlândia, jul.-dez. 2015;
- História & música popular no Pará. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 18, n. 32, Uberlândia, jan.-jun. 2016;
- Fora do cânone: História & música popular. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 20, n. 36, Uberlândia, jan.-jun. 2018.

## X

Logo no primeiro número sob a nova editoria, a *ArtCultura* 9, relativa ao segundo semestre de 2004, veiculou um dossiê, por mim organizado, sobre História & Música que se tornou o carro-chefe de um dos maiores sucessos da sua existência. Multiplicaram-se, com o decorrer dos anos, suas reedições (5 no total, algo inusual em se tratando de revistas acadêmicas). E nele figurou um texto que está entre as duas ou três referências bibliográficas mais citadas em minha produção: “A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo”.<sup>54</sup> Ao ajustar os passos das minhas pesquisas com as contribuições oriundas da História Cultural e de outros domínios

---

<sup>52</sup> Deste dossiê constou um artigo de minha autoria comumente citado por outros pesquisadores. Ver PARANHOS, Adalberto. Além das amélias: música popular e relações de gênero sob o “Estado Novo”. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 8, n. 13, Uberlândia, jul.-dez. 2006 (ele seria republicado, a pedidos, como capítulo do livro de PONTES JR., Geraldo e PEREIRA, Victor Hugo Adler (orgs.). *O velho, o novo, o reciclável Estado Novo*. Rio de Janeiro: De Letras, 2008). A partir de 2006 a revista, até então denominada apenas *ArtCultura*, ganhou um complemento: Revista de História, Cultura e Arte, e eu assumi, oficialmente, a função de seu coeditor.

<sup>53</sup> Este dossiê foi coorganizado com o conselheiro José Adriano Fenerick, da Unesp-Franca.

<sup>54</sup> PARANHOS, Adalberto. A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo. *ArtCultura*, n. 9, Uberlândia, jul.-dez. 2004. Uma das muitas remissões a este artigo se acha em DINIZ, Sheyla Castro. “De tudo que a gente sonhou”: amigos e canções do Clube da Esquina. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2017, p. 22. Ele seria republicado, a pedidos, como capítulo de livro: ver PARANHOS, Adalberto. As muitas faces de um mesmo rosto: o mundo errante das canções. In: NASCIMENTO, Francisco de Assis de Sousa e MEDEIROS, Hermano Carvalho (orgs.). *História & música popular*. Teresina: Edufpi, 2013.

afins, eu incorporava, então, autores como Michel de Certeau, Roger Chartier, Natalie Zemon Davis, Robert Darnton, casando-os com E. P. Thompson, Paul Zumthor, Pierre Bourdieu, Maurice Merleau-Ponty, Hans-George Gadamer, E. H. Gombrich, Pierre Francastel e Eni Puccinelli Orlandi. Por essa via, reafirmava a conclusão, já esboçada anteriormente, segundo a qual

*uma canção não carrega, em si mesma, um sentido unívoco, congelado no tempo, que exprimiria a sua essência. Pelo contrário, uma canção, historicamente situada, comporta significados errantes, submetendo-se a um fluxo permanente de apropriação e reapropriação de sentidos. [...] Uma composição é, por assim dizer, um novelo de muitas pontas. Ao circular socialmente, ela, em seu moto-perpétuo, pode ser inclusive ponto de convergência de diversas tradições e contestações, espaço aberto para a pluralidade de significados e para a incorporação de vários sentidos, até mesmo conflitantes entre si.*<sup>55</sup>

Nessa linha de pensamento, a canção é vista como um camaleão sonoro, passível de adquirir significados distintos e provisórios, guardando, em muitas situações, uma relação de dependência com a *performance* dos seus intérpretes num determinado contexto. Uma mesma música, com uma mesma letra, ao ser gravada de maneira diferente, pode, portanto, se submeter a um processo de migração de sentidos, dependendo, ainda, do seu consumo pelo receptor, que é igualmente produtor de sentidos. Daí que eu arrematava:

*Isso recoloca, a todo instante, problemas de ordem metodológica. Do meu ponto de vista, interpretar implica também compor. Inevitavelmente, quando alguém canta e/ou apresenta uma música sob essa ou aquela roupagem instrumental, atua igualmente, num determinado sentido, como compositor. O agente opera, em maior ou menor medida, na perspectiva de decompor e/ou recompor uma composição.*<sup>56</sup>

## XI

Enfim, raiou 2005. E com ele, o término, *à la happy end*, do doutorado em História, sob a orientação amiga de Maria Izilda Santos de Matos, que não economizou estímulos para que eu não me desviasse – muito ao meu feitio – por uns tantos atalhos e

<sup>55</sup> *Idem*, A música popular e a dança dos sentidos: distintas faces do mesmo, *op. cit.*, p. 24.

<sup>56</sup> *Idem*, *ibidem*, p. 25. Neste artigo, recheado de exemplos, analisei vários casos específicos.

chegasse ao final dessa estrada. *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”* foi o nome da tese. Nela desembocavam pesquisas e reflexões acumuladas por anos a fio nos estudos sobre política e música popular. Com a cara e a coragem de quem se dispõe a desafiar o já sabido, trafeguei na contramão de verdades consagradas sobre o pretense domínio total exercido pelo DIP sobre a produção dos sambistas, que, sob a mão de ferro da ditadura estado-novista, teriam sido capturados na rede do culto ao trabalho.

Em primeiro lugar, questioneei certos usos e abusos do conceito de hegemonia. Nas águas de Antonio Gramsci e autores fundamentais do pensamento marxista da segunda metade do século XX, como E. P. Thompson e Raymond Williams, procurei rever algumas concepções habituais sobre o assunto, ao sublinhar o caráter dialético da dominação e as contradições e conflitos, velados e/ou abertos, que caracterizam sua forma de expressão concreta. Ancorado em Michele Perrot, busquei evidenciar que os sistemas disciplinares são, antes de tudo, projetos que nunca se realizam por inteiro<sup>57</sup> ou, para recorrer a Pierre Bourdieu, as “instituições totalitárias” são estados-limite jamais atingidos.<sup>58</sup>

Com essa bagagem teórica, detive-me na análise específica da vasta produção fonográfica da época do “Estado Novo” e confrontei-a com a pregação ideológica do trabalhismo e a prática do governo Vargas. Calcado nos pressupostos metodológicos enunciados páginas atrás, tomei como base que, no trabalho com música popular, não devemos nos tornar reféns da literariedade dos artefatos musicais. Por mais relevantes que sejam as letras que revestem as canções, estas precisam ser analisadas levando-se em conta a sua realização efetiva, ou seja, o modo como foram gravadas. E isso requer uma escuta atenta dos discos que as veiculam, o que me conduziu à audição de centenas e centenas de registros originais, datados do período da atuação do DIP. Afinal, o discurso musical se exprime igualmente por meio de discursos nus de palavras.

Por tal razão, ponderei que, em determinadas situações,

*quem se der apenas ao trabalho de pesquisar as revistas de modinhas da época, nas quais eram publicadas as letras das canções populares,*

<sup>57</sup> Noutro contexto, ao se reportar à dominação no espaço fabril, essa autora ressalta que “sobre a disciplina, nossas principais fontes provêm das classes dominantes; discurso de cima, às vezes elas exprimem mais um projeto ou programa do que propriamente uma operação. [...] O regulamento sempre é mais ou menos contornado, e sua leitura não pode dar conta da vida cotidiana da fábrica ou da oficina”. PERROT, Michelle. *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988, p. 54 e 55.

<sup>58</sup> Cf. BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, cap. IV.

*irá se fixar no acessório e não apreenderá o principal de sua gravação. Restringir a análise de uma música tão somente à sua letra implica rebaixar a canção – por definição, uma obra musical revestida de letra – a mero documento escrito, amesquinhando seu horizonte de significações, o que pode nos levar a passar ao largo de suas apropriações e reapropriações.<sup>59</sup>*

Detectei, então, procedimentos performativos que subverteram o sentido aparente de certas canções, quer no plano da interpretação vocal, quer no dos arranjos. A ironia, por exemplo, encarada sob a chave bakhtiniana, funcionava às vezes como um discurso bivocal.<sup>60</sup> E, sem desprezar o exame das letras dos sambas, constatei que a maneira de encarar o trabalho, em muitas composições, se diferenciava do discurso “positivo” apregoado pela ideologia do trabalhismo. De um lado, em numerosos exemplos, o trabalho nem de longe era percebido como fonte de dignificação e de bem-estar do trabalhador, sendo visto, antes, como uma fonte de sacrifícios e de mortificação dos corpos. De outro, persistia, de forma explícita ou implícita, uma tendência tradicional à afirmação de uma rima de pé quebrado: em inúmeros casos trabalho rimava, no fundo, com “miserê”. Não era à toa que tipos que teimavam em permanecer à margem do mundo do trabalho continuavam a frequentar as representações presentes nas criações dos sambistas. E tudo isso conspirava contra a atmosfera de Brasil “grande” e “justo” que a propaganda governamental difundia aos quatro cantos.

Como um pinto que quebra, tardiamente, a casca do ovo, *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”* esperou dez anos para ser dado à luz.<sup>61</sup> Nesse ínterim, foi referida em muitas dissertações e teses. Transposta para livro, contou com prefácio

---

<sup>59</sup> Mesmo quando não se pretenda proceder a uma análise musicológica, na acepção estrita da palavra, é imprescindível não reduzir a canção à condição de documento escrito, esvaziado de sonoridade. De mais a mais, há que se relativizar a importância dos documentos escritos, como nos ensinou, por exemplo, BLOCH, Marc. *Apologia da História: ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 80. Ginzburg, por sua vez, é um severo crítico do excessivo apego dos historiadores às fontes escritas como documento, com todas as suas implicações metodológicas. Ver GINZBURG, Carlo. *O queijo e os vermes: o cotidiano e as ideias de um moleiro perseguido pela Inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 17 e 18.

<sup>60</sup> Como frisa Bakhtin, “a segunda voz, uma vez instalada no discurso do outro, entra em hostilidade com o seu agente primitivo e o obriga a servir a fins diametralmente opostos. O discurso se converte em palco de luta entre duas vozes”. BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981, p. 168.

<sup>61</sup> Até 2015, ele foi citado em dissertações, teses, artigos e livros tendo como referência a versão original da tese defendida na PUC-SP, como, por exemplo, em PINTO, Theophilo Augusto. *Gente que brilha quando os maestros se encontram: música e músico da “era de ouro” do rádio brasileiro (1945-1957)*. São Paulo: Alameda, 2014, p. 144.

escrito “com açúcar e com afeto” por minha orientadora Maria Izilda Santos de Matos<sup>62</sup> e, em pouco tempo, angariou várias resenhas.<sup>63</sup>

## XII

No período posterior a 2005, dois pontos merecem ser destacados agora. Aumentaram os convites para que integrasse os conselhos editorial e consultivo de diversos periódicos acadêmicos. Ao mesmo tempo, engajei-me na coordenação de simpósios temáticos em vários congressos, cujo mote era, substancialmente, os entrecruzamentos envolvendo História & Música Popular.

Quanto às revistas universitárias, assumi o papel de conselheiro de 22 delas (mantenho essa situação, atualmente, em 12 publicações), a saber:

- *Acta Scientiarum and Social Sciences*, da UEM, Maringá (em vigor);
- *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, da UFU, Uberlândia (em vigor);
- *Candelária*, da Ucam, Rio de Janeiro;
- *Chrônidas*, da UFG, Goiânia;
- *Contrapulso*: Revista Latinoamericana de Estudios en Música Popular, da Universidad Alberto Hurtado, Santiago de Chile (em vigor);
- *Crítica Marxista*, da Unicamp, Campinas;
- *Domínios da Imagem*, da UEL, Londrina;
- *Em Tempos de Histórias*, da UNB, Brasília;
- *História*, da Unesp, São Paulo (em vigor);
- *Lutas Sociais*, da PUC-SP, São Paulo (em vigor);
- *Música Popular em Revista*, da Unicamp e UniRio, Campinas e Rio de Janeiro (em vigor);
- *OuvirOuver*, da UFU, Uberlândia;
- *Pergaminho*: Revista de Estudos Históricos e Pedagógicos, do Unipam, Patos de Minas (em vigor);
- *Projeto História*, da PUC-SP, São Paulo (em vigor);

---

<sup>62</sup> MATOS, Maria Izilda Santos de. Entre sambas e bambas: uma análise afinada do “Estado Novo”. In: PARANHOS, Adalberto. *Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”, op. cit.*

<sup>63</sup> Uma delas foi a de PEREIRA, Victor Hugo Adler. O batuque dos desafinados e o coro dos contentes: o samba no Estado Novo. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 17, n. 31, jul.-dez. 2015. Esgotado um ano após o seu lançamento, o livro passou a ser reimpresso desde 2016. No momento está em preparação sua segunda edição.



- *Revista Brasileira de Estudos da Canção*, da UFRN, Natal;
- *Revista Brasileira de História*, da Anpuh, São Paulo;
- *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, da Uece, Fortaleza (em vigor);
- *Revista do CMEB* (Congresso Mineiro de Formação de Professores para a Educação Básica), do Unipam, Patos de Minas (em vigor);
- *Revista História & Luta de Classes*, da Unioeste-Marechal Cândido Rondon (em vigor);
- *Semina*, da UPF, de Passo Fundo;
- *Temáticas*, da Unicamp, Campinas (em vigor); e
- *Tempo e Argumento*, da Udesc, de Florianópolis.

Paralelamente participei do conselho editorial da Edufu (Editora da UFU) e atuei/atuo igualmente como consultor editorial e/ou parecerista *ad hoc* do CNPq, Capes, Fapesp, Eduneb (Editora da Uneb, Salvador), da Anppom (Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Música), bem como de eventos científicos, a exemplo de edições sucessivas do Seminário Internacional de Musicologia (da UFG, Goiânia, e UNL, Lisboa) e do Congresso Internacional de História (da UFG-Jataí), além de haver tomado parte em júris internacional e nacionais referentes à concessão do Prêmio Fernão Mendes Pinto, da Associação das Universidades de Língua Portuguesa (Aulp), de Lisboa, em 2014, do Prêmio História Social – Tese Destaque – FFLCH/USP-Capes, de 2017, e do Prêmio Teses – 6º Prêmio Anpuh Manoel Luiz Salgado para Teses de Doutorado, de 2018.

Uma constante atividade que me mobilizou na fase pós-doutorado – e, notadamente, de 2011 para a frente, depois de vir a ser pesquisador do CNPq – consistiu em atender a demandas de pareceres para periódicos, órgãos de fomento e editoras nacionais e internacionais<sup>64</sup>, às quais se somam as derivados da condição de componente de comissões científicas de eventos variados. Tudo isso está arrolado em detalhes no Currículo Lattes. Mas, como passei a contabilizar mais rigorosamente essa atuação nesta década, listo aqui apenas as revistas acadêmicas com as quais colaborei

---

<sup>64</sup> Incluem-se nesse rol o CNPq, a Capes, a Fapesp, a Fapespa e a Edufu, a Eduel, a Eduneb, a Editora Unesp e a Anthem Press, de Londres.

entre março de 2011 e maio de 2020<sup>65</sup>, período em que emiti 192 pareceres, dos quais 36 datam de 2018:

- *Amazônica*: Revista de Antropologia, da UFPA, Belém;
- *Angelus Novos*, da USP, São Paulo;
- *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, da UFU, Uberlândia;
- *Crítica e Sociedade*, da UFU, Uberlândia;
- *El Oído Pensante*, da UBA, Buenos Aires, Argentina;
- *Estudos Ibero-Americanos*, da PUC-RS, Porto Alegre;
- *Faces da História*, da Unesp-Assis;
- *História*, da Unesp, São Paulo;
- *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, da UFRJ, Rio de Janeiro;
- *Historia Crítica*, da Universidad de los Andes, Bogotá, Colômbia;
- *História e Cultura*, da Unesp-Franca;
- *Humanidades em Diálogo*, da USP, São Paulo;
- *Música Hodie*, da UFG, Goiânia;
- *Música Popular em Revista*, da Unicamp e UniRio, Campinas e Rio de Janeiro;
- *Outros Tempos*, da Uema, São Luís;
- *Revista de História*, da USP, São Paulo;
- *Revista de História Bilros: História(s), Sociedade(s) e Cultura(s)*, da Uece, Fortaleza;
- *Revista do IEB*, da USP, São Paulo;
- *Revista Latino-Americana de História*, da Unisinos, São Leopoldo;
- *Tempo*, da UFF, Niterói;
- *Tempo e Argumento*, da Udesc, Florianópolis; e
- *Topoi*: Revista de História, da UFRJ, Rio de Janeiro.

---

<sup>65</sup> Excluo, portanto, pareceres dados anteriormente para as revistas *Acta Scientiarum and Social Sciences* (da UEM), *Anos 90* (da UFRGS), *Crítica Marxista* (da Unicamp), *Em Tempos de Histórias* (da UnB), *História & Luta de Classes* (da Unioeste-Marechal Cândido Rondon), *História & Perspectivas* (da UFU), *Ouvir/Ouver* (da UFU), *Pergaminho: Revista de Estudos Históricos e Pedagógicos* (do Unipam), *Questões & Debates* (da UFPR), *Revista Brasileira de Estudos da Canção* (da UFRN), *Revista Brasileira de História* (da Anpuh), *Revista Estudos Feministas* (da UFSC), *Semina* (da UPF), *Sociedade e Cultura* (da UFG) e outras mais.

## XIII

No pós-2005 compareci a congressos regionais, nacionais e internacionais, transitando pela Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, Espanha, Estados Unidos, Porto Rico, Peru, Portugal, Uruguai e Venezuela, nestes casos em congressos patrocinados pela Asociación Argentina de Historia Oral (AAHO), Asociación Argentina de Musicología (AAM), Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos (Ahila), Asociación Latinoamericana de Sociología (Alas), Associação Portuguesa de Sociologia (APS), Brazilian Studies Association (Brasa), Instituto de Etnomusicologia e Sibe – Sociedad de Etnomusicología, de Portugal e Espanha, respectivamente, seção latino-americana da IASPM-AL (International Association for the Study of Popular Music) e Universidad Nacional de Cuyo (UnCuyo) e Universidad Autónoma (UA), da Argentina e do Chile, respectivamente. Em meio a esses trânsitos, intensificaram-se contatos diversificados e surgiram oportunidades de publicações de artigos e capítulos de livros.<sup>66</sup>

Em muitos desses eventos, desde 2006 coordenei ou cocoordenei simpósios temáticos que, em regra, conectavam História & Música Popular e temas afins como política ou relações de gênero:

- 2006: III Simpósio Nacional de História Cultural da Anpuh, em Florianópolis. ST Sons, sentidos e imagens: escutas musicais e sensibilidades. Coordenadores: Adalberto Paranhos, Márcia Ramos de Oliveira (Udesc) e Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP).

- 2007: XXIV Simpósio Nacional de História da Anpuh, em São Leopoldo. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

---

<sup>66</sup> Por exemplo, PARANHOS, Adalberto. À margem do “coro dos contentes”: ditadura e música popular no Brasil. *Resonancias*, v. 18, n. 34, Santiago, enero-junio 2014; *idem*, A música e seus contextos políticos e ideológicos: a dança dos sentidos da canção popular. In: FERNÁNDEZ, Susana Moreno, ROXO, Pedro e IGLESIAS, Iván (eds.). *Músicas e saberes em trânsito*. Lisboa: Colibri/Instituto de Etnomusicologia/Sibe – Sociedad de Etnomusicología, 2012; *idem*, Nacionalismo musical: o samba como arma de combate ao fado no Brasil dos anos 1930. In: SARMENTO, Cristina Montalvão e PASCHOAL, Lucia Maria (coords.). *Culturas cruzadas em português: redes de poder e relações culturais (Portugal\_Brasil, séc XIX-XX)*, v. III: Arte, educação e sociedade. Coimbra: Almedina, 2015, e *idem*, Más allá de los sambas-exaltación: otras voces bajo um régimen dictatorial. In: CINELLI, Noemi (comp.). *Apuntes y reflexiones sobre las artes, las historias y las metodologías*, v. 3. Santiago: Universidad Autónoma/Ril, 2019.

- 2008: Seminário Internacional Fazendo Gênero 8, em Florianópolis. ST Música popular & relações de gênero. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Márcia Ramos de Oliveira (Udesc).

- 2008: XIX Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em São Paulo. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2009: XXV Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Fortaleza. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2010: XX Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em Franca. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2011: XXVI Simpósio Nacional de História da Anpuh, em São Paulo. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2012: XXI Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em Campinas. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e José Roberto Zan (Unicamp).

- 2013: XXVII Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Natal. ST História & música. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2013: I Seminário de História e cultura: historiografia e teoria da história, em Uberlândia. ST Historiografia & música popular. Coordenador: Adalberto Paranhos.

- 2014: XXII Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em Santos. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e José Roberto Zan (Unicamp).

- 2015: XXVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Florianópolis. ST História & música. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2016: XII Congreso de la IASPM-AL, em La Habana, Cuba. ST Música popular & política. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2016: XXIII Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em Assis. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e José Roberto Zan (Unicamp).

- 2017: XXIX Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Brasília. ST História & música. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2018: XXIV Encontro Estadual de História da Anpuh-SP, em Guarulhos. ST História & música popular. Coordenadores: Adalberto Paranhos e José Roberto Zan (Unicamp).

- 2019: XIII Congreso de la IASPM-AL, em San Juan, Puerto Rico. ST Música popular & política. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

- 2019: XXX Simpósio Nacional de História da Anpuh, em Recife. ST História & música. Coordenadores: Adalberto Paranhos e Tânia da Costa Garcia (Unesp-Franca).

Não é o caso de listar aqui – para não congestionar este memorial com um excesso de informações pormenorizadas disponíveis no Currículo Lattes – os minicursos, palestras e mesas-redondas que ministrei, proferi ou dos quais participei nesses e em muitos outros eventos. Registro apenas que em 2006, durante o VII Congreso de la IASPM-AL (seção latino-americana da International Association for the Study of Popular Music), sediado na Casa de las Américas, em La Habana, Cuba, fui eleito vice-presidente da entidade. Ao longo do mandato, ao se instalar uma crise no interior da diretoria devido ao abandono do cargo pela presidente, assumi o posto de presidente movido pelo propósito de democratizar as instâncias decisórias da associação e preparar a sua primeira eleição pelo voto direto dos associados. E assim o fiz até me desincumbir da presidência no VIII Congreso, ocorrido em 2010, na Universidad Central de Venezuela, em Caracas.

#### XIV

De 2007 em diante, vinculei-me ao Programa de Pós-graduação em História (PPGHI) da UFU.<sup>67</sup> De início, tão somente no mestrado. Concluídas minhas três primeiras orientações nesse nível, carimbei o passaporte de acesso ao doutorado. Nessa caminhada, uma das maiores alegrias adveio da dissertação de mestrado defendida por Roberto Camargos de Oliveira, em 2011: *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. Depois de premiada, em 2012, como o melhor trabalho produzido por um

---

<sup>67</sup> Entre 2010 e 2017 fui também professor permanente do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da UFU, integrando, por dois anos, seu colegiado.

mestrando do Instituto de História no ano anterior, não tardou para que os benditos frutos de tanto empenho de seu autor fossem colhidos. Ensaçando um voo mais alto, ele se inscreveu na disputa promovida pela Funarte e, concorrendo inclusive com doutores e professores de universidades de ponta do país, foi contemplado com o Prêmio Produção Crítica em Música, que financiou a conversão da dissertação em livro.<sup>68</sup> A mim coube a satisfação de prefaciá-lo.<sup>69</sup>

Um traço comum à grande maioria dos meus orientandos, do mestrando ao doutorado (para não falar dos que orientei na graduação, seja simplesmente em monografias ou em iniciação científica, IC) era – e é, até o momento – o envolvimento com a música popular e a história. Esses foram, de fato, os elos de uma cadeia temática que acabei por privilegiar durante a minha trajetória profissional como docente de pós-graduação. Outra marca perceptível consistiu na abertura do leque dos objetos de pesquisa, o que assinalou, sob vários aspectos, uma ruptura parcial com a tendência à concentração de estudos de história da canção no Brasil no eixo Rio-São Paulo. Até como decorrência de conseguir atrair historiadores de todas as regiões do país – sim, literalmente, do Norte, Sul, Leste e Centro-Oeste –, que acorreram a Uberlândia para realizar seus estudos de doutorado, os temas os acompanharam. Orientandos do Amazonas, Rondônia, Pará, Piauí, Ceará, Pernambuco, Goiás e Santa Catarina (sem esquecer os de Minas Gerais, é claro) aqui aportaram e conferiram uma diversidade notável às suas investigações. Mais recentemente, como que numa viagem transatlântica, aceitei a coorientação de um doutorando em História da Universidade do Porto que se debruça sobre as “canções de intervenção” (nome que se atribui, por aquelas bandas, à música engajada) no Brasil e em Portugal nos anos 1960 e 1970, quando ambos os países viviam sob o tacho de duas ditaduras. Tudo a ver, enfim, com as missões que, desde 2015, desenvolvo como professore visitante da Universidade de Lisboa.

Ao mesmo tempo, acolhi dois pesquisadores que se interessaram em desenvolver no PPGHI seu estágio pós-doutoral. O primeiro deles, André Rocha Leite Haudenschild, procedente da UFSC, logrou ser um dos três únicos ganhadores de bolsa de PDJ (pós-doutorado júnior) ofertada pelo CNPq na área de História, no ano de sua concessão. Ao final do primeiro ano de pós-doc, graças à excelência de sua pesquisa, ele ainda obteve prorrogação desse auxílio por mais 6 meses. O segundo, Roberto

---

<sup>68</sup> CAMARGOS, Roberto, *op. cit.*

<sup>69</sup> PARANHOS, Adalberto. Sem travas na língua. *In*: CAMARGOS, Roberto, *op. cit.*

Camargos de Oliveira, recebeu bolsa do PNPd (Programa Nacional de Pós-doutorado) da Capes, mediante concurso aberto pelo PPGHI a candidatos de todo o Brasil. Adendo: esteve igualmente sob minha supervisão, durante sua licença-capacitação, o Prof. Dr. Robervaldo Linhares Rosa, professor dos cursos de graduação e pós-graduação em Música da Emac (Escola de Música e Artes Cênicas), da UFG.

Quanto à inserção interna e externa em atividades de programas de pós-graduação, que totaliza 63 registros na Plataforma Lattes, tomei parte, entre 2006 e 2020, de bancas de mestrado e de doutorado nas seguintes instituições:

- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP);
- Universidade de Brasília (UnB);
- Universidade de São Paulo (USP)<sup>70</sup>;
- Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc);
- Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)<sup>71</sup>;
- Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes);
- Universidade Estadual Paulista<sup>72</sup> (Unesp-Assis);
- Universidade Estadual Paulista (Unesp-Franca);
- Universidade Federal Fluminense (UFF);
- Universidade Federal de Goiás (UFG; nos Programas de Pós-graduação em História e em Música);
- Universidade Federal da Paraíba (UFPB);
- Universidade Federal do Pará (UFPA)<sup>73</sup>;
- Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC);
- Universidade Federal de Santa Maria (UFSM);
- Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ);
- Universidade Federal de Uberlândia (UFU; nos Programas de Pós-graduação em Ciências Sociais, em História<sup>74</sup> e em Tecnologia, Comunicação e Educação).

---

<sup>70</sup> Uma das bancas de Doutorado em História de que participei na USP apreciou tese que resultou em livro: BAIA, Silvano, *op. cit.*

<sup>71</sup> Dissertação (Mestrado em Sociologia) publicada em livro, com apresentação de PARANHOS, Adalberto. Retrato falado de uma pesquisadora cheia de bossa. *In: DINIZ, Sheyla Castro, op. cit.*

<sup>72</sup> No caso de uma das bancas que integrei na Unesp-Assis, a tese se transformou em livro do qual escrevi o prefácio: PARANHOS, Adalberto. Chiclete com banana e com bacalhau: o rock nos dois lados do Atlântico. *In: ENCARNAÇÃO, Paulo Gustavo da. Rock cá, rock lá: a produção roqueira no Brasil e em Portugal na imprensa – 1970/1985. São Paulo: Intermeios/Fapesp, 2018.*

<sup>73</sup> Uma das bancas da qual fiz parte na UFPA examinou dissertação de mestrado que virou livro, para o qual redigi o texto da contracapa. PARANHOS, Adalberto. Contracapa. *In: SILVA, Edilson Mateus Costa da. A identidade amazônica na canção paraense. Rio Branco: Nepan, 2020.*

## XV

Reconhecidamente, eu nunca fui um tipo-ideal weberiano de professor dominado pela preocupação de ascender o mais breve possível na carreira acadêmica. Durante a minha trajetória profissional, como ilustra este memorial, tomei vários atalhos que me conduziram para longe dos dois momentos que assinalam os ritos habituais de qualificação/legitimação intelectual. Daí meu mestrado e meu doutorado temporãos. Por longo tempo – cerca de duas décadas – a minha dissertação de mestrado foi deixada à deriva, entregue, como já se disse, “à crítica roedora dos ratos”. Como se isso não bastasse, consumi mais 8 anos até concluir a etapa do doutorado, algo justificado, em parte, por dispor, na prática, de não mais que dois anos e meio de liberação, pela retomada das minhas atividades letivas na UFU e também pelo mandato exercido à frente do Decis. Mas, no caso, o que pesou, acima de tudo, foi a travessia a que me atirei, ao deslocar o centro de gravidade dos meus estudos das Ciências Sociais para a História. Tal mudança de rota impôs-me, como era de se esperar, lidar com outra fatura bibliográfica, mais distante da minha zona de conforto.

Por essas e outras – muitas outras, na verdade –, nunca cogitara, até 2010, de pleitear uma bolsa de produtividade em pesquisa junto ao CNPq. Porém, Kátia Rodrigues Paranhos, minha mulher, bolsista PQ nessa altura dos acontecimentos, não se conformava com essa minha “despreocupação”. Ela achava que eu deveria trazer para meu horizonte de expectativas esse objeto de desejo de muitos colegas. Maria Izilda Santos de Matos, de novo, deu-me toda força para tanto, fornecendo-me algumas coordenadas para submeter um plano de trabalho ao CNPq.

E, nesse passo, em 2011 ingressei no clube de pesquisadores PQ com um projeto que conjugava saber e prazer, quando mais não seja porque seu objeto central era, em larga medida, a minha praia musical preferida, a Bossa Nova. *Ponte Rio-Minas: a Bossa Nova nas Geraes* foi o nome da coisa. Ela avançava no rastro aberto por uma comunicação que apresentara, em 2008, em New Orleans, em mesa-redonda que dividi, entre outros, com David Treece, do King’s College London, um estudioso do fenômeno bossa-novista, durante o IX Congresso Internacional da Brasa (Brazilian Studies

---

<sup>74</sup> Das muitas bancas das quais participei no PPGHI da UFU, duas dissertações de mestrado, conquistaram, em anos distintos, o Prêmio Produção Crítica em Música da Funarte e se converteram em livro: BRITO, Diogo de Souza. *Negociações de um sedutor: trajetória e obra do compositor Goiá no meio artístico sertanejo*. Uberlândia: Edefu, 2010, e CAMARGOS, Roberto, *op. cit.*, para a qual redigi o prefácio Sem travas na língua.



Association).<sup>75</sup> Percorria, então, outras trilhas, para além daquelas delineadas no extenso artigo que escrevera em 1990.<sup>76</sup> No meu radar despontavam os mares de morros das Minas Gerais.

Propunha-me a levantar, por assim dizer, uma parte do véu que encobre o "lado B" da história da Bossa Nova. Tratava-se de perceber a sua existência inclusive onde ela, em regra, foi considerada inexistente ou desprovida de maior significação. Afinal, nas leituras cristalizadas sobre a emergência da Bossa Nova na cena musical brasileira e internacional, ela ganhou corpo como uma produção aclimatada aos novos ventos que sopraram na Zona Sul carioca, berço do movimento. Por mais que o Rio de Janeiro tenha jogado um papel absolutamente decisivo na revolução sonora bossa-novista, tal fato, a meu ver, não devia nos fazer perder de vista que, qual uma estrela de múltiplas pontas, outras histórias se desdobraram nas dobras dessa história. Embaralhando as linhas dos tempos e lugares, procurei documentar que a Bossa Nova contou com outros lócus de consumo e produção da autodenominada "moderna música popular brasileira". São Paulo, como se sabe, foi um deles. E Minas Gerais, mais especificamente Belo Horizonte, ao contrário do que comumente se pensa, também se deixou contagiar pelo balanço da bossa. É o que atestam as obras de Pacífico Mascarenhas e seu Conjunto Sambacana, tal como as composições com a caligrafia de Roberto Guimarães (gravado por ninguém menos que João Gilberto) e outros mais. Por essa via, lançaram-se pontes musicais entre o Rio e Minas, que identifiquei e examinei ao interrogar umas tantas certezas estabelecidas e ampliar, ao mesmo tempo, a escala de observação desse fenômeno musical, a ponto de situar as Geraes no mapa da Bossa Nova.

Simultaneamente ao desenvolvimento do projeto PQ, que se estendeu entre 2011-2014, usufruí de recursos proporcionados pelo Edital Fapemig – Demanda Universal, 2012-2014, bem como pelo Edital CNPq – Demanda Universal, 2012-2015. Conectada a essa linha de investigação, uma orientanda de IC/CNPq realizou sua monografia sobre o tema *Para além da zona sul carioca: a Bossa Nova em Minas Gerais*<sup>77</sup>, o mesmo acontecendo com outro orientando, que se beneficiou de auxílio da Fapemig tanto para

---

<sup>75</sup> Eu retomaria essa temática no XIX Encontro Estadual de História da Anpuh-SP (São Paulo, 2008) e no IX Congresso de la IASPM-AL (Caracas, 2010).

<sup>76</sup> PARANHOS, Adalberto. *Novas bossas e velhos argumentos: tradição e contemporaneidade na MPB*, *op. cit.*

<sup>77</sup> DINIZ, Sheyla Castro. *Para além da zona sul carioca: a Bossa Nova em Minas Gerais*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFU, Uberlândia, 2010.

seu trabalho de conclusão de curso sobre *A Bossa Nova e outras bossas nas Geraes*<sup>78</sup>, como para a sua dissertação de mestrado intitulada *Do ônibus colegial ao trem de doido: interações entre a Bossa Nova nas Geraes e o Clube da Esquina*.<sup>79</sup>

No momento, eu e esses ex-orientandos estamos às voltas com a preparação de uma coletânea que conferirá destaque à Bossa Nova nas Geraes e outros cantos, literalmente falando. Sim, porque ela não jogará luz tão somente sobre as práticas bossa-novistas em Minas Gerais. A proposta engloba a inclusão de outros estados pelos quais ela se espalhou e nos quais teve uma produção local, casos, por exemplo, de Pernambuco, Pará e Santa Catarina. Reforçando o time de pesquisadores asintonizados com essa questão, irá se juntar a nós um professor da UFPA, meu ex-orientando de doutorado, que, em suas investigações sobre a canção produzida no Pará nas décadas de 1960 e 1970, enveredou, *en passant*, pela ressonância da Bossa Nova em Belém, com destaque especialíssimo para a figura de De Campos Ribeiro.<sup>80</sup> Além do mais, isso permitirá retirar do ostracismo artistas como o santa-catarinense Luiz Henrique – o símbolo-mor da Bossa Nova em Florianópolis –, que chegou a se estabelecer no Rio de Janeiro e nos Estados Unidos, onde conseguiu certa repercussão.<sup>81</sup>

À margem do meu foco de pesquisa principal, liguei-me, entre 2011 e 2014, à equipe que, com a coordenação de Kátia Rodrigues Paranhos, tocou dois projetos, sob os auspícios do CNPq e da Fapemig: *Pelas bordas: história e teatro na obra de João das Neves e Ferreira Gullar em cena: história, teatro e os sentidos da ação política*. Nossos diálogos me despertaram para a necessidade de transpor para o papel uma série de reflexões presentes em meus cursos no PPGHI, que redundaram num capítulo de livro intitulado “História, política e teatro em três atos”.<sup>82</sup> Nele sustentei que, como água do mesmo pote, política e teatro estão, historicamente, misturados. Mais do que elementos que se misturam, eles, a rigor, são indissociáveis e, em última análise, fundem-se num corpo só. Na fundamentação desse ponto de vista, vali-me de

<sup>78</sup> BELAN, Gustavo César Silva. *A Bossa Nova e outras bossas nas Geraes*. Monografia (Graduação em Ciências Sociais) – UFU, Uberlândia, 2014.

<sup>79</sup> *Idem*, *Do ônibus colegial ao trem de doido: interações entre a Bossa Nova nas Geraes e o Clube da Esquina*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – UFU, Uberlândia, 2016.

<sup>80</sup> Ver MORAES, Cleodir da Conceição. *O norte da canção: música engajada no Brasil dos anos 1960 e 1970*. Tese (Doutorado em História) – UFU, Uberlândia, 2014, esp. tópico Belém cheia de “bossa”: sensibilidades modernas na canção popular.

<sup>81</sup> Mobilizarei, nesse caso, outro pesquisador de cuja banca de mestrado tomei parte: CORRÊA, Wellington Carlos. *“Vou andar por aí”: o balanço, a música e a bossa de Luiz Henrique Rosa (1960-1975)*. Dissertação (Mestrado em História) – Udesc, Florianópolis, 2015.

<sup>82</sup> PARANHOS, Adalberto. História, política e teatro em três atos. In: PARANHOS, Kátia Rodrigues (org.). São Paulo: Boitempo, 2012.

Maquiavel e sua estratégia das aparências (ato 1), de E. P. Thompson, ao se remeter às práticas teatrais que marcam o teatro dos poderosos e o contrateatro dos pobres (ato 2), para, após incursionar brevemente por Antonio Gramsci e Michel Foucault, desaguar na teatralização da política à época do governo Vargas (ato 3).

Mas não percamos o fio da narrativa. Reengato a marcha para tornar a me deter nos meus projetos PQ. Se em *Ponte Rio-Minas: a Bossa Nova nas Geraes*, a dimensão política se condensava em determinados lances de disputa de natureza estética, o projeto PQ/CNPq (2014-1017) subsequente retrabalhava o aspecto político colado ao plano comportamental e sexual, na contramão dos valores morais incensados pela ditadura militar e por largos setores da sociedade. *Na boca da cena: mulher e políticas do corpo na música popular brasileira (1970-1980)* desatava a discussão a respeito dos limites impostos pelo regime ditatorial a práticas e discursos musicais transgressores nos anos 1970. E logo de cara chamava a atenção para o fato de que essa década assistiu à emergência, numa proporção jamais vista, de compositores(as), cantores(as) e canções que tematizaram a problemática das mulheres e das relações de gênero. Destacaram-se, naquelas circunstâncias, outros enfoques, para além dos costumeiros, sobre as relações afetivo-sexuais, a ponto de assimilarem temas referentes ao universo gay e à androginia. Compreender o significado dessa conjuntura histórica – quando, em meio a um propalado “vazio cultural”, outras formas de ação e/ou de contestação política adquiriram força e expressão social –, foi um dos motores de reflexão da pesquisa.

Objetivei, igualmente, explicitar o alargamento da noção de política, em situações em que ganhou espaço a concepção feminista de que “o pessoal é político” e de que as políticas do corpo eram uma maneira legítima de afirmação da presença no mundo de sujeitos sociais nem sempre valorizados politicamente. Para tanto, recorri a um repertório variado da produção no campo da música popular, indo da análise das canções até as capas dos discos e apresentações ao vivo, que forneceram preciosos subsídios para pensar nos enlaces estabelecidos entre cultura e política. Nisso tudo, foi ainda relevante detectar os nexos existentes, mesmo que não de modo direto e/ou mecânico, entre certas manifestações como a contracultura, o movimento *hippie* e, em especial, o feminismo que, desde os anos 1960, vivia o que foi batizado, internacionalmente, de “segunda onda”.

Isso me reconduzia, embora por linhas tortas, ao caminho que me levava, ao me ocupar de temas diversos, a questões concernentes à dominação e às normas disciplinares institucionalizadas. Ora, por mais rígidos que fossem os códigos políticos e

morais impostos pela ditadura militar, eles não obstaram por completo o desencadeamento de pulsões do desejo que, em última instância, moveram a roda da relativa democratização comportamental da sociedade brasileira. Presenciou-se, para desagrado de muita gente, a exaltação do corpo como território do prazer. E a música popular brasileira do período o documenta, o que não significa afirmar que essas mudanças não afetassem outros campos artísticos.

Neste ponto, convém enfatizar uma preocupação, de ordem metodológica, que me guiou e que se afinava com um livro que organizei em 2010, ao lado de duas outras historiadoras, *História e imagens: textos visuais e práticas de leituras*.<sup>83</sup> Se a canção deve ser entendida como um texto sonoro, ela extrapola esses limites e se une também, com frequência crescente, aos domínios dos textos visuais. Mil elementos – dos cliques aos DVDs, incluindo as capas de LPs e CDs) – habitam esse universo, ao qual não são estranhos apetrechos, penduricalhos, trajes, penteados que compõem as imagens de *personas* artísticas. Sob determinado prisma, poderíamos nos indagar, *à la* Clarice Lispector: “escrever não é quase sempre pintar com palavras?”<sup>84</sup> Daí que, seguindo adiante, me interessava de perto, nesse segundo projeto PQ/CNPq – permeável às novas tendências historiográficas –, destravar o pensamento e borrar as fronteiras que durante muito tempo apartaram o mundo do som e o das imagens.

Trabalhei, portanto, com capas de discos da década de 1970 vinculadas a temáticas relacionadas a música, corpo, sexualidade e relações de gênero, sem rebaixá-las ao *status* de um discurso subalterno. Elas, em muitos casos, falam tanto ou mais de uma obra artística do que as canções propriamente ditas. São duas faces de um mesmo rosto e participam do processo de produção de sentidos. Por mais que as capas possam funcionar, em algumas circunstâncias, como uma intervenção dos produtores/gravadoras que não necessariamente atendam às expectativas dos artistas, nem por isso se deve desconsiderar que, em muitas situações, continente e conteúdo não são externos um ao outro, antes complementam-se.

*Na boca da cena: mulher e políticas do corpo na música popular brasileira (1970-1980)* frutificou, gerando um punhado de comunicações em eventos regionais, nacionais e internacionais. Como que fatiados em partes que se tocam, os desdobramentos do projeto foram apresentados no XXII Encontro Estadual de História

<sup>83</sup> PARANHOS, Kátia Rodrigues, LEHMKUHL, Luciene e PARANHOS, Adalberto, *op. cit.*

<sup>84</sup> LISPECTOR, Clarice. *A descoberta do mundo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987, p. 296.

da Anpuh-SP (Santos, 2014), no V Simpósio Internacional de Musicologia e VII Encontro de Musicologia Histórica (Pirenópolis, 2015), no XXVIII Simpósio Nacional de História da Anpuh (Florianópolis, 2015), na 18th Biennial IASPM Conference (Campinas, 2015), no XI Congreso de la IASPM-AL (Salvador, 2015), no I Congreso Nacional e Internacional de Historia del Arte, Cultura y Sociedad (Mendoza/Argentina, 2015), no XII Congreso de la IASPM-AL (La Habana/Cuba, 2016), no XXIII Encontro Estadual de História da Anpuh-SP (Assis, 2016), no VII Simpósio Internacional de Musicologia (Goiânia, 2017), no XXIX Simpósio Nacional de História da Anpuh (Brasília, 2017), no II Congreso Nacional e Internacional de Historia del Arte, Cultura y Sociedad (Santiago de Chile) e no XXXI Congreso de la Alas/Asociación Latinoamericana de Sociología (Montevideu/Uruguai, 2017). Em paralelo, entre 2013 e 2015, orientei uma pesquisa de IC/CNPq com a mesma temática.

Ao se ramificar, esse projeto esteve ainda na raiz da proposta de trabalho aprovada pelo Departamento de Música do Instituto de Artes da Unicamp, onde realizei, de agosto de 2015 a dezembro de 2016, meu estágio pós-doutoral, sob a supervisão de José Roberto Zan. Dessa forma, por diferentes vias, tudo convergiu para explorar esse veio muito fecundo e desafiador da história da música popular brasileira. Dele derivaram dois artigos publicados na Argentina e no Chile<sup>85</sup> e um capítulo de livro no prelo. Por outro lado, em que pese não haver uma conexão direta entre outro texto que produzi e a temática central do referido projeto, as relações de poder entrecruzadas às representações das relações de gênero presentes nos sambas constituíram o alvo de um capítulo que abre um livro lançado pela FGV Editora, no qual revisito as querelas e as aquarelas do Brasil em tempos de “Estado Novo”.<sup>86</sup>

Já a pesquisa relativa à minha terceira bolsa PQ (2017-2020) me faria retroceder, uma vez mais, à década de 1930. *Fado, um “inimigo nacional” na terra do samba? Lutas de representações no Brasil dos anos 1930* era um tema de que vinha me aproximando aos poucos. Ao abordar, na tese de doutorado, a invenção do Brasil como

---

<sup>85</sup> PARANHOS, Adalberto. Música popular, políticas do corpo, mulher e sexualidade em tempos de ditadura no Brasil. *Testimonios*: Revista de la Asociación de Historia Oral de la República Argentina, v. 7, Buenos Aires, 2018, e *idem*, Música popular na contramão das políticas sexuais hegemônicas: Brasil, década de 70. *Contrapulso*: Revista Latinoamericana de Estudios en Música Popular, v. 1, n. 1, Santiago de Chile, ago. 2019.

<sup>86</sup> *Idem*, Mulheres trabalhadoras e mulheres do balacobaco: relações de gênero no samba (Brasil, 1940-1945). In: LEAL, Luã Ferreira, HOLLANDA, Bernardo Borges Buarque de, RIOM, Charlotte e ARAÚJO, Emanuel (orgs.). *Música e sociedade: perspectivas interdisciplinares*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2019.

terra do samba<sup>87</sup>, eu resvalara nessa questão tema em algumas passagens ao aludir ao nacionalismo musical. De resto, as viagens, mais ou menos frequentes, a Portugal e a participação em congressos lusitanos<sup>88</sup>, desde 2010, serviam como um poderoso incentivo para repensar as relações entre o fado e o samba.

Eu partia da constatação de que, tal como acontecia em outros cantos do mundo, respiravam-se, no Brasil dos anos 1930, ares saturados de nacionalismos de todos os matizes. E o campo musical não se manteve alheio à emergência, à direita e à esquerda do espectro político da época, de correntes ideológicas que concebiam o estrangeiro como a encarnação do mal. Nesse momento de entronização do samba na galeria dos símbolos nacionais, a música popular que aqui se gravava incorporava especialmente o *fox-trot*, o tango e o fado, que eram, nessa ordem, os gêneros “estrangeiros” mais em voga.<sup>89</sup> Devido à sua considerável ressonância, o fado suscitou reações a ponto de levar compositores como Orestes Barbosa a investir contra ele, “coisa de português”, tomada como sinônimo de atraso de vida. O samba, em contraposição aos ritmos tidos como “alienígenas”, seria o principal escudo destinado (fadado?) a proteger a nação contra a “conspuração” de seus costumes musicais.

Pude, então, no desenrolar do projeto, captar um inflamado antilusitanismo que chegou a se expressar em estreita ligação com um sentimento antifadista. Ao mapear essas manifestações, centrei fogo, sobretudo, na produção de Orestes Barbosa. Ao mesmo tempo, inseri as lutas de representações travadas em nome do samba em redes de interlocução informais que, desde o século XIX, exprimiam sua hostilidade seja em relação a Portugal ou ao fado. E observei, respaldado por ampla bibliografia originária do outro lado do Atlântico, que esse gênero musical enfrentou também sérias rejeições em terras portuguesas até consagrar-se como “fiel intérprete da alma lusitana”.

Para além disso, ao vasculhar a contracorrente dessas ondas que vinham de fora, pus em evidência composições de uma leva de autores brasileiros (Noel Rosa e Assis Valente puxaram essa fila) que saíram em defesa do samba, enaltecido como a tradução musical por excelência do Brasil e como arma de combate diante dos ataques sofridos

---

<sup>87</sup> *Idem, Os desafinados: sambas e bambas no “Estado Novo”, op. cit., cap. 2.*

<sup>88</sup> Em particular, o 11º Congresso da Sibe – Sociedad de Etnomusicología, 3º Congresso de Músicas Populares do Mundo Hispânico e Lusófono, 1º Congresso da IASPM-Portugal, 6º Congresso de la IASPM-España e 1º Congresso dos Comitês Nacionais de Portugal e Espanha (Lisboa, 2010) e o VIII Congresso Português de Sociologia (Évora, 2014).

<sup>89</sup> Contabilizei, ao todo, 172 fonogramas de fados gravados no Brasil entre 1930 e 1939. O português Manoel Monteiro, radicado no Rio de Janeiro, converteu-se no campeão em registros em 78 rpm.

pela disseminação da música estrangeira num período marcado de expansão da influência da indústria capitalista de entretenimento.

Desde sua concepção até sua execução e finalização, esse projeto inspirou comunicações diversificadas em uma grande variedade de congressos: X Congresso de la IASPM-AL (Córdoba/Argentina, 2012), XXI Encontro Estadual de História da Anpuh-SP (Campinas, 2012), XVI Congreso Internacional de la Ahila (San Fernando/Espanha, 2012), XVII Simpósio Nacional de História da Anpuh (Natal, 2013), XXIV Encontro Estadual de História da Anpuh-SP (Guarulhos, 2019), IX Simpósio Internacional de Musicologia (Goiânia, 2019), XIII Congreso de la IASPM-AL (San Juan/Puerto Rico, 2018) e XXX Simpósio Nacional de História da Anpuh (Recife, 2019). E mais: ele deu origem a artigos publicados na *ArtCultura*<sup>90</sup> e em *Tempo e Argumento*<sup>91</sup>, bem como a capítulos de livros editados no Brasil<sup>92</sup> e em Portugal.<sup>93</sup>

A temática do nacionalismo, redimensionada criticamente e examinada sob diferentes óticas, atravessa, como se nota, minha trajetória acadêmica. Não surpreende, portanto, que ela desembocasse no quarto projeto PQ/CNPq (2020-2023). Ao dilatar o seu recorte temporal, ele compreende seis décadas da nossa história. Sob o título *Batalhas culturais: o jazz na mira do nacionalismo musical (Brasil, anos 1910-1960)*, esse projeto não pactua com o lugar-comum muito arraigado que estabelece uma associação imediata entre a decantada “influência do jazz” e a emergência e consolidação da Bossa Nova. É certo que, como reconhecem muitos pesquisadores, jamais a música popular brasileira figurou no centro de tantas discussões no campo cultural como nos efervescentes anos 1960. Sem querer negar o óbvio, a pesquisa a ser desenvolvida, empreenderá, no entanto, uma viagem pelo tempo para fundamentar sua pretensão de documentar, de forma analítica, como as lutas de representações que opuseram setores que cultuavam a tradição e a brasilidade e outros que se apresentavam como modernizantes antecederam em muito aquela época.

---

<sup>90</sup> PARANHOS, Adalberto. Nacionalismo musical: o samba como arma de combate ao fado no Brasil dos anos 1930. *ArtCultura*: Revista de História, Cultura e Arte, v. 14, n. 24, Uberlândia, jan.-jun. 2012.

<sup>91</sup> *Idem*, Xô, fado! Nacionalismo e antilusitanismo na terra do samba. *Tempo e Argumento*, v. 9, n. 22, Florianópolis, set.-dez. 2017. Semanas atrás, autorizei, a pedidos, a Atena Editora, de Ponta Grossa, a republicar tal texto como capítulo do livro *Linguística, Letras e Artes: cânones, ideias e lugares*, com lançamento previsto para agosto de 2020.

<sup>92</sup> *Idem*, Samba versus fado: lutas de representações e a invenção do samba como ícone musical do Brasil. In: BRITTO, Eleonora Zicari C. de, PACHECO, Mateus de Andrade e ROSA, Rafael (orgs.). *Sinfonia em prosa: diálogos da História com a música*. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>93</sup> *Idem*, Nacionalismo musical: o samba como arma de combate ao fado no Brasil dos anos 1930. In: SARMENTO, Cristina Montalvão e PASCHOAL, Lucia Maria (coords.), *op. cit.*

Para tanto, recuará ao período pós-Primeira Guerra Mundial a fim de flagrar a eclosão das *jazz bands*, que na “era do jazz”, na década de 1920, estenderam seu raio de alcance a distintos pontos do Brasil, incluindo cidades interioranas. E, nessa caminhada histórica, se deparará com mudanças já detectadas em investigação anterior em torno do samba e do fado: em sua marcha ascendente, a penetração de elementos musicais estadunidenses por estas bandas prosseguiu, especialmente nos anos 1930, num momento em que o *fox-trot* era o gênero de música estrangeira mais gravado no país. No encaixe desse fenômeno e de suas reverberações pelo Brasil afora<sup>94</sup>, o projeto objetiva capturar as reações ao que foi entendido como um processo de desnacionalização da música popular brasileira, que culminaria com a preparação de terreno para a “desfiguração” do samba “autêntico” promovida pelo samba-canção e pela Bossa Nova. Não foi à toa que esse quadro, segundo determinados pesquisadores, estaria emoldurado pelo que sociólogos e economistas chamaram de “internacionalização do mercado interno”, impulsionada, acima de tudo, a partir da década de 1950.

No caso, as fontes que mobilizarei são, em primeiro lugar, os registros fonográficos que narram essa história, acompanhados de material diverso produzido por críticos e jornalistas, entre os quais aqueles que escreveram na *Revista da Música Popular*<sup>95</sup>, que atuou como um espaço de legitimação, de caráter nacionalista, de uma espécie de folclore urbano fincado principalmente no samba e no choro. Já no plano teórico e histórico mais geral, procurarei lastrear o meu trabalho em autores que elegeram o nacionalismo, inclusive o nacionalismo musical, como objeto de pesquisa.

Entre eles, evidentemente, estará Benedict Anderson, que, numa obra matricial<sup>96</sup>, ao focar o surgimento e a difusão do nacionalismo e do sentimento de pertencimento a essa ou aquela nação, concebe as nações como comunidades políticas imaginadas. Sob essa ótica, os seus integrantes são tomados/imaginados como semelhantes, como se compartilhassem, de um modo ou de outro, uma base cultural comum. Nessa

---

<sup>94</sup> Eu participei, pouco tempo atrás, de uma banca de mestrado no Programa de Pós-graduação em História Social do Amazonas, da UFPA, que descortina aspectos interessantes sobre esse assunto ao nos transportar para as influências exercidas pelas *jazz bands* no interior do Pará. Ver SINIMBÚ, Renato Pinheiro. *Os jazzes de Igarapé-Miri: dimensões culturais de entretenimento musical moderno no Baixo Tocantins (1940-1970)*. Dissertação (Mestrado em História) – UFPA, Belém, 2019.

<sup>95</sup> Revista dirigida por Lucio Rangel e Pêrsio de Moraes, ela marcou época e fez escola, a despeito de sua vida efêmera. Ver *Revista da Música Popular*: coleção completa em fac-símile – setembro-1954 – setembro-1956. Rio de Janeiro: Funarte/Bem-te-vi, 2006.

<sup>96</sup> ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. Ver também *idem*, *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.



perspectiva, nação e nacionalismo, em determinadas circunstâncias históricas, como que se dão as mãos, a ponto de se produzirem o que Homi Bhabha designa como “narrativas pedagógicas da nação”.<sup>97</sup>

Nesse contexto, historicamente, é possível captar, em várias situações, os nexos profundos que enlaçaram igualmente a música e o nacionalismo. Disso se nutriram pesquisas diversas, tanto de historiadores quanto de musicólogos. No primeiro caso, por exemplo, Tim Blanning, em uma de suas obras, começa por apontar a associação, que se perde no tempo, entre as artes marciais e a música.<sup>98</sup> No segundo, ao pensar o nacionalismo musical, notadamente sob a impulsão estatal, Julio Mendivil salienta que “la música ha sido y sigue siendo un espacio predilecto para impulsar y difundir discursos nacionalistas” e emenda que “los nacionalismos requieren siempre de una amenaza ‘foránea’”.<sup>99</sup> Nessa linha de análise, aliás, a presença do “outro” é, a rigor, indispensável para a constituição da identidade nacional, definindo os termos básicos de uma contradição que, dialeticamente, articula a unidade dos contrários própria da “dialética do nacionalismo”.<sup>100</sup>

Por tudo isso se vê que, no projeto PQ/CNPq atual, as cenas dos próximos capítulos da minha vida acadêmica se abrem a novas emoções intelectuais.<sup>101</sup> Mas, como que de volta para o futuro, essa é uma outra histórica, que fica para uma outra vez. Primeiro, há que vivê-la para depois contá-la e recontá-la.

---

<sup>97</sup> BHABHA, Homi. *Nation and narration*. London: Routledge, 1990.

<sup>98</sup> Ver BLANNING, Tim. Orgulho e preconceito nacional. In: *O triunfo da música: a ascensão dos compositores, dos músicos e de sua arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

<sup>99</sup> MENDÍVIL, Julio. La música y el nacionalismo. In: *En contra de la música: herramientas para pensar, comprender y vivir las músicas*. Buenos Aires: Gourmet Musical, 2016, p. 93 e 95.

<sup>100</sup> Sobre a “dialética do nacionalismo”, ver BLANNING, Tim, *op. cit.*, p. 251, e, mais extensamente, do mesmo autor, *The pursuit of glory: Europe 1648-1815*. Londres: Penguin, 2007, p. 305-321.

<sup>101</sup> O capítulo inicial dessa nova série já tem, contudo, um *script* definido. No momento, em atenção a convite que me foi formulado pelos organizadores de um dossiê a ser publicado na revista *Orfeu*, do Programa de Pós-graduação em Música da Udesc, escrevo um artigo sobre a repulsa ao *jazz* no Brasil, esse “invasor” a serviço da ação de “lesa-pátria”.

## CONCLUSÃO

Serei breve nesta conclusão, que, por sinal, foi escrita para satisfazer as exigências protocolares do memorial. Longe de mim reincidir numa prática que tanto critico ao examinar trabalhos de conclusão de curso, dissertações de mestrado e teses de doutorado, quando não simplesmente artigos. Nas conclusões, rebatizadas nos últimos tempos de considerações finais, com frequência as pessoas se põem a repisar, às vezes linha por linha, emoção por emoção, o que supostamente de mais significativo foi dito ao longo dos textos. Amassam, pois, o mesmo chão, redizendo o já dito.

Concluo, portanto, esta seleção dos “melhores momentos” da minha vida acadêmica (eis-me caindo em contradição: já não afirmei isso na introdução deste memorial?) com a reiteração da intenção de que não seja um ponto final, por mais que a aposentadoria espere por mim ao dobrar a próxima esquina. Dialeticamente – eu que da dialética não pretendo me apartar jamais –, diria que os pontos de chegada são novos pontos de partida, até, literalmente, se considerar que outros congressos me aguardam mundo afora.

Quando muito, nos tempos que se seguirão, me desligarei da atuação na graduação. Meus vínculos com a pesquisa, com a pós-graduação, com a produção bibliográfica e com o trabalho editorial – com o qual tanto me identifico e sou identificado –, prosseguirão até o limite das minhas forças. E me sinto, no momento, com pique e disposição para prosseguir. Afinal, sempre é tempo de tentar continuar a expandir os horizontes.

## AGRADECIMENTOS

Ao são-paulino Caio Navarro de Toledo, orientador no mestrado em Ciência Política e amigo de longa data;

A Maria Izilda Santos de Matos, orientadora no doutorado em História, a quem já agradeço, por mil motivos, em várias passagens deste memorial;

Ao meu amigo (e afilhado) José Roberto Zan, supervisor no pós-doutorado em Música;

Ao time de primeira linha escalado para integrar a banca de examinadores da sessão pública de defesa deste memorial: Edilson José Graciolli (UFU), Joana Maria Pedro (UFSC), Marcelo Badaró Mattos (UFF) e Maria Izilda Santos de Matos (PUC-SP);

Aos colegas que muito me honraram ao se disponibilizarem para colaborar nesse processo ante qualquer emergência: Antonio César Ortega (UFU), Edécio Mostaço (Udesc), Evelyn Furquim Werneck Lima (UniRio) e Martha Tupinambá de Ulhôa (UniRio);

Aos membros da comissão do Incis que, em tempo recorde, avaliaram, no final de 2018, meus pedidos de progressão (que, por minha única e exclusiva culpa, permaneciam represados desde 2011) de professor associado 1 a professor associado 4: Cristiane Aparecida Fernandes da Silva, Patrícia Vieira Trópia e Márcio Ferreira de Souza;

Aos integrantes da comissão do Incis que, com muita boa vontade, arcaram com o trabalho de conferir, um a um, todos os documentos empilhados (ver relatório contido no Anexo 1) para instruir o processo de promoção de professor associado 4 para professor titular: Marcel Mano, Valéria Cristina de Paula Martins, Márcio Ferreira de Souza (de novo) e Antonio Carlos Lopes Petean;

Às secretárias do Incis, e em particular à Nicemara Cardoso Silva, que, parecendo, por vezes, estar mais interessada nas minhas progressões e promoção do que eu próprio, me lembrava sempre dos direitos que adquirira nesses anos todos, sem falar da sua prontidão em atender às minhas solicitações de informações;

Aos alunos com os quais, por décadas, estabeleci, muitas vezes, uma interlocução fecunda, especialmente os meus orientandos, aqui representados por essa figura ímpar

que é o Cleodir da Conceição Moraes (professor da UFPA), a simpatia em pessoa, o primeiro doutor que orientei (e a primeira vez a gente não esquece jamais...);

Ao Edilson José Gracioli, diferenças clubísticas à parte, amigo e colega que ofereceu provas e mais provas (como se elas fossem necessárias) de apoio para que eu concluísse o mestrado, o doutorado, e, por fim, como diretor do Incis, para que se removeassem todos os obstáculos burocráticos à minha promoção a professor titular;

Ao Leonardo Barbosa e Silva, atual diretor *pro tempore* do Incis, por agilizar esse processo;

Aos órgãos de fomento que, em momentos distintos dessa caminhada, me proporcionaram recursos que irrigaram o desenvolvimento de pesquisas diversas: por ordem cronológica, Fapesp, Ford Foundation, Capes, Fapemig e CNPq;

À Kátia Rodrigues Paranhos, alfa e ômega desse processo, do mestrado ao pós-doutorado, que se desdobrou em mil formas de apoio para que eu fosse bem-sucedido ao buscar atingir certos alvos. Minha mulher, minha namorada. Tomando de empréstimo uma canção do Edu Lobo e do Chico Buarque e alterando (suprema ousadia!) parte do verso do Chico, dizia, “minha namorada/ minha morada/ é onde for morar você”.